

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

**Demonstrações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas em
30 de setembro de 2025 e
relatório de revisão**



Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool ("Companhia"), em 30 de setembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e de seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como o balanço patrimonial consolidado da Companhia e suas controladas ("Consolidado") em 30 de setembro de 2025, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e de seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 30 de setembro de 2025, o desempenho de suas operações para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Ribeirão Preto, 30 de dezembro de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027654/F-4

DocuSigned by

Assinado por: Luis Fernando de Souza Maranha.26831679897
CPF: 26831679897
Data/Hora da Assinatura: 30 de dezembro de 2025 | 20:20 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: 0
Emissor: AC SygnalID Multipla
C69C97A7075045DA...

Luis Fernando de Souza Maranha
Contador CRC 1SP201527/O-5

Índice

Demonstrações contábeis intermediárias

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias:	
1. Informações sobre a Companhia	8
2. Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias e as políticas contábeis materiais ..	8
3. Caixa e equivalentes de caixa	19
4. Aplicações financeiras	19
5. Contas a receber de clientes	19
6. Estoques	20
7. Adiantamentos a fornecedores	21
8. Tributos a recuperar	22
9. Outros direitos	23
10. Partes relacionadas	27
11. Investimentos	31
12. Ativos biológicos	34
13. Imobilizado	36
14. Intangível	39
15. Direito de uso, arrendamentos a pagar e parcerias agrícolas a pagar	39
16. Fornecedores	41
17. Empréstimos e financiamentos	41
18. Tributos a recolher	43
19. Adiantamentos de clientes	43
20. Compromissos com contratos de energia	44
21. Provisão para contingências	45
22. Patrimônio líquido	48
23. Receita operacional líquida	49
24. Despesas por natureza	53
25. Receitas e despesas financeiras	54
26. Informação por segmento (Consolidado)	56
27. Outras despesas operacionais, líquidas	60
28. Imposto de renda e contribuição social	60
29. Compromissos e obrigações	64
30. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos	67
31. Cobertura de seguros	73
32. Eventos subsequentes	73

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Balanço patrimonial em
(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	609.795	1.057.363	665.078
Aplicações financeiras	4	159.058	157.818	159.058
Contas a receber de clientes	5	141.681	140.296	149.991
Estoques	6	780.337	201.526	780.675
Adiantamentos a fornecedores	7	301.472	356.390	301.472
Ativos biológicos	12	597.541	630.088	597.541
Tributos a recuperar	8	224.847	243.243	225.041
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	28	18.613	18.572	18.613
Partes relacionadas	10	32.114	48.530	28.137
Dividendos a receber	10	6.320		
Instrumentos financeiros derivativos	30	80.076		80.076
Outros direitos	9	56.416	74.206	56.535
Total do ativo circulante		3.008.270	2.928.032	3.062.217
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Aplicações financeiras	4	36.530	19.666	36.530
Adiantamentos a fornecedores	7	153.330	115.412	153.330
Partes relacionadas	10	29.937	38.354	
Tributos a recuperar	8	4.620	5.142	4.620
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	426.056	446.896	426.056
Instrumentos financeiros derivativos	30	7.062		7.062
Outros direitos	9	5.302.421	4.531.582	5.302.421
Depósitos judiciais		7.727	7.604	7.727
		5.967.683	5.164.656	5.937.746
Investimentos	11	68.255	50.271	39.866
Imobilizado	13	2.611.120	2.538.081	2.625.992
Intangível	14	6.793	7.757	6.793
Direito de uso	15	1.511.639	1.520.308	1.511.639
Total do ativo não circulante		10.165.490	9.281.073	10.122.036
Total do ativo		13.173.760	12.209.105	13.184.253
				12.219.204

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Balanço patrimonial em
(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	16	559.985	362.678	560.420
Empréstimos e financiamentos	17	1.819.908	1.459.636	1.820.052
Arrendamento a pagar	15	99.204	102.767	99.204
Parceria agrícola a pagar	15	188.898	156.128	188.898
Salários e encargos sociais		120.096	78.224	120.280
Tributos a recolher	18	31.456	32.830	33.067
Impostos de renda e contribuição social a pagar	28			825
Adiantamentos de clientes	19	840.286	544.598	840.286
Compromissos com contratos de energia	20	55.418	87.622	55.418
Instrumentos financeiros derivativos	30	239.425	254.324	239.425
Outras obrigações		4.198	6.750	5.233
Total do passivo circulante		3.958.874	3.085.557	3.963.108
Não circulante				
Fornecedores	16	9.074	13.611	9.074
Empréstimos e financiamentos	17	2.734.489	3.093.296	2.740.747
Arrendamento a pagar	15	538.462	565.101	538.462
Parceria agrícola a pagar	15	895.257	904.814	895.257
Tributos a recolher	18	6.285	10.141	6.286
Instrumentos financeiros derivativos	30	98.033	23.889	98.033
Adiantamentos de clientes	19	164.525	631.488	164.525
Compromissos com contratos de energia	20	308.635	5.110	308.635
Provisões para contingências	21	8.937	9.334	8.937
Outras obrigações	9 (a)	673.112	575.574	673.112
Total do passivo não circulante		5.436.809	5.832.358	5.443.068
Total do passivo		9.395.683	8.917.915	9.406.176
Patrimônio líquido	22			
Capital social		867.567	867.567	867.567
Ações em tesouraria		(1.215)	(1.215)	(1.215)
Ajuste de avaliação patrimonial		2.036	(89.295)	2.036
Reservas de lucros		2.508.463	2.514.133	2.508.463
Prejuízos acumulados		401.226		401.226
Total do patrimônio líquido		3.778.077	3.291.190	3.778.077
Total do passivo e patrimônio líquido		13.173.760	12.209.105	13.184.253
				12.219.204

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool**Demonstração do resultado**

Período de três e seis meses findo em 30 de setembro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Controladora			
	30 de setembro de 2025		30 de setembro de 2024	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receita operacional líquida	23	1.141.756	2.017.519	1.158.911
Custos dos produtos vendidos	24	(791.632)	(1.435.591)	(823.904)
Lucro bruto		350.124	581.928	335.007
Despesas com vendas	24	(70.286)	(133.718)	(86.078)
Despesas gerais e administrativas	24	(65.071)	(122.175)	(58.112)
Resultado de participação societária	11	14.805	22.181	14.524
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	(89.492)	(90.604)	27.440
Lucro operacional		140.080	257.612	232.781
Receitas financeiras	25	814.208	1.029.247	188.644
Despesas financeiras	25	(482.529)	(917.029)	(321.522)
Resultado financeiro		331.679	112.218	(132.878)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		471.759	369.830	99.903
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	37.373	27.973	15.169
Lucro líquido do período		509.132	397.803	115.072
				679.842

Nota	Consolidado			
	30 de setembro de 2025		30 de setembro de 2024	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receita operacional líquida	23	1.163.744	2.054.365	1.176.783
Custos dos produtos vendidos	24	(796.745)	(1.446.374)	(824.767)
Lucro bruto		366.999	607.991	352.016
Despesas com vendas	24	(70.286)	(133.718)	(86.078)
Despesas gerais e administrativas	24	(65.391)	(122.684)	(58.266)
Resultado de participação societária	11	2.007	2.840	1.600
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	(92.080)	(95.711)	23.407
Lucro operacional		141.249	258.718	232.679
Receitas financeiras	25	814.201	1.029.995	188.537
Despesas financeiras	25	(482.603)	(917.188)	(320.728)
Resultado financeiro		331.598	112.807	(132.191)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		472.847	371.525	100.488
Imposto de renda e contribuição social correntes	28	(1.088)	(1.695)	(584)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	37.373	27.973	15.168
Lucro líquido do período		509.132	397.803	115.072
Lucro básico e diluído por ação		363,67	284,15	82,19
				485,60

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Demonstração do resultado abrangente
 Período de três e seis meses findo em 30 de setembro
 (Valores expressos em milhares de reais)



	Controladora e Consolidado			
	30 de setembro de 2025		30 de setembro de 2024	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Lucro líquido do período	509.132	397.803	115.072	679.842
Movimento no período:				
Variação do valor justo				
Derivativos de câmbio - opções / NDF	56.117	171.730	33.051	(92.943)
Derivativos de câmbio - <i>cross-currency swap</i>			20.127	111.011
Derivativos de juros - <i>interest rate swap</i>	(75.461)	(153.438)	(6.251)	(18.542)
	(19.344)	18.292	46.927	(474)
Reconhecimento no resultado operacional				
Derivativos de câmbio - opções / NDF	(35.339)	(38.295)	20.966	24.301
	(35.339)	(38.295)	20.966	24.301
Reconhecimento no resultado financeiro				
Derivativos de câmbio - <i>cross-currency swap</i>	2.965	5.929	18.178	(126.445)
Derivativos de juros - <i>interest rate swap</i>	73.298	157.641	258	(2.324)
Não derivativos cambiais - dívidas			4.360	(12.510)
	76.263	163.570	22.796	(141.279)
Total movimento no período				
Derivativos de câmbio - opções / NDF	20.778	133.435	54.017	(68.642)
Derivativos de câmbio - <i>cross-currency swap</i>	2.965	5.929	38.305	(15.434)
Derivativos de juros - <i>interest rate swap</i>	(2.163)	4.203	(5.993)	(20.866)
Não derivativos cambiais - dívidas			4.360	(12.510)
Tributos diferidos sobre os itens acima	(7.337)	(48.813)	(30.834)	39.934
	14.243	94.754	59.855	(77.518)
Resultado abrangente do período	523.375	492.557	174.927	602.324

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
(Valores expressos em milhares de reais)



	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros	Reservas de lucros	Controladora e Consolidado		
							Hedge Accounting	Deemed Cost	Ajuste de avaliação patrimonial
Em 31 de março de 2024		867.567	(1.215)	95.342	408.845	1.507.436	(7.428)	44.892	2.915.439
Realização de custo atribuído	22 (c)							(3.664)	3.664
Resultado com derivativos - hedge accounting	22 (c)						(77.518)		(77.518)
Dividendos distribuídos	22 (d)					(12.029)			(12.029)
Lucro líquido do período								679.842	679.842
Em 30 de setembro de 2024		867.567	(1.215)	95.342	408.845	1.495.407	(84.946)	41.228	683.506
Em 31 de março de 2025		867.567	(1.215)	120.993	408.845	1.984.295	(127.001)	37.706	3.291.190
Realização de custo atribuído	22 (c)							(3.423)	3.423
Resultado com derivativos - hedge accounting	22 (c)						94.754		94.754
Dividendos distribuídos	22 (d)					(5.670)			(5.670)
Lucro líquido do período								397.803	397.803
Em 30 de setembro de 2025		867.567	(1.215)	120.993	408.845	1.978.625	(32.247)	34.283	401.226
									3.778.077

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Demonstração dos fluxos de caixa
Período de seis meses findo em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais)



Nota	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	369.830	194.719	371.525	196.007
Ajustes:				
Encargos financeiros e variações cambiais, líquidas	181.951	500.196	181.804	501.555
Atualizações dos créditos do IAA 4870, líquida de tributos	(757.208)	(284.864)	(757.208)	(284.864)
Juros sobre arrendamentos e parcerias agrícolas	110.506	118.315	110.506	118.315
Resultado de participação societária	(22.181)	(25.214)	(2.839)	(2.661)
Depreciação do direito de uso	78.303	70.463	78.303	70.463
Depreciação e amortização (exceto lavouras de cana)	171.478	126.979	178.964	130.171
Efeitos líquidos da valorização e realização do valor justo dos ativos biológicos	13.329	9.626	13.329	9.626
Provisão (reversão) para contingências	(397)	(3.343)	(397)	(3.343)
Provisão para perdas de ativos	5.494	2.828	5.494	2.828
Estorno de provisão de indenizações a receber	25.000		25.000	
Provisão para pagamento de honorário de êxito para advogados	97.538	45.742	97.538	45.742
Valor residual das baixas do ativo imobilizado/soqueira	14.121	6.333	14.121	6.333
	287.764	761.780	316.140	790.172
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(1.255)	(54.791)	(7.026)	(61.921)
Estoques	(413.965)	(533.856)	(413.950)	(533.736)
Adiantamentos a fornecedores	13.290	46.875	13.290	46.875
Ativos biológicos	56.952	24.461	56.952	24.461
Tributos a recuperar	305	(34.414)	288	(34.414)
Depósitos judiciais	(123)	(515)	(123)	(515)
Outros direitos	113.219	(15.946)	113.217	(15.948)
Fornecedores	192.770	266.781	192.230	265.732
Salários e encargos sociais	41.872	34.942	41.922	34.977
Tributos a recolher	(5.230)	(1.997)	(4.767)	(1.425)
Adiantamentos de clientes	(171.275)	(89.926)	(171.275)	(89.926)
Instrumentos financeiros derivativos	(27.893)	(20.464)	(27.893)	(20.464)
Aplicações financeiras	(18.104)	13.218	(18.104)	13.218
Outras obrigações	60.992	(48.409)	62.021	(48.252)
	129.319	347.739	152.922	368.834
Caixa gerado nas operações				
Imposto de renda e contribuição social pagos			(682)	(641)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	17	(299.634)	(246.265)	(300.215)
Juros pagos sobre compromissos de energia	20	(12.119)	(26.904)	(12.119)
	(182.434)	74.570	(160.094)	94.553
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao ativo imobilizado e intangível	13 e 14	(461.198)	(494.076)	(462.150)
Recebimento (concessão) de mútuo concedido para partes relacionadas		25.853	(19.476)	7.717
		(435.345)	(513.552)	(454.433)
				(507.462)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos				
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de compromissos com contratos de energia	20	345.014	75.001	345.014
Amortização de compromissos com contratos de energia	20	(79.886)	(73.375)	(79.886)
Captação de empréstimos e financiamentos	17	998.958	702.305	998.958
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	17	(862.552)	(700.271)	(862.612)
Pagamento de arrendamentos e parcerias agrícolas (CPC 06 (R2))	15	(225.653)	(218.203)	(225.653)
Dividendos distribuídos		(5.670)	(12.029)	(5.670)
		170.211	(226.572)	170.151
				(226.632)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos				
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(447.568)	(665.554)	(444.376)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		1.057.363	1.145.907	1.109.454
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		609.795	480.353	665.078
				515.928

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações intermediárias.

1. Informações sobre a Companhia

(a) Objeto social

A S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2 de fevereiro de 1925, com matriz no município de Coruripe, Estado de Alagoas. A Companhia e suas subsidiárias (em conjunto denominadas o “Grupo” ou “Consolidado”) (Nota 2.2), tem como objeto social: a) exploração industrial da cana-de-açúcar e seus derivados industriais; b) importação e exportação de produtos relacionados às suas atividades, inclusive como comercial exportadora; c) o desenvolvimento de projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL), destinado à geração e comercialização de reduções certificadas de emissões (RCEs) e/ou reduções verificadas de emissões (RVEs); d) produção e comercialização de energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape, sanitizantes álcool em gel e todos os derivados oriundos de cogeração de energia elétrica; e) a exploração de outras atividades afins; g) participação no capital de outras empresas, mesmo que de outros setores econômicos; h) geradora de créditos de descarbonização (Cbios).

A Companhia e o Grupo contam com um terminal rodoviário em Iturama (MG), dois escritórios administrativos, um em Maceió (AL) e outro em São Paulo (SP). A Companhia e o Grupo possuem cinco unidades industriais, sendo uma no Estado de Alagoas, no município de Coruripe, e quatro no Estado de Minas Gerais, nos municípios de Campo Florido, Carneirinho, Iturama e Limeira do Oeste, que processaram 9.672 mil toneladas de cana-de-açúcar no período de 6 meses da safra 2025/2026 (10.778 mil toneladas na safra 2024/2025).

O período anual de safra no Nordeste inicia-se em setembro e termina em março, enquanto no Sudeste inicia-se em abril e termina em dezembro. As receitas da Companhia e do Grupo estão sujeitas a flutuações sazonais, uma vez que os produtos acabados produzidos durante o período de safra são armazenados para serem vendidos durante todo o ano.

A emissão das demonstrações contábeis intermediárias da Companhia para o período findo em 30 de setembro de 2025 foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração, que representam a governança da Companhia, em 7 de novembro de 2025.

(b) Contexto operacional

A Companhia é uma subsidiária integral da Coruripe Holding S.A, o exercício social tem início em 1º de abril e se finda em 31 de março do ano seguinte.

No período de seis meses da safra 2025/2026, aproximadamente 66,0% da moagem foi destinada para a produção de açúcar e os demais 34,0% da moagem foi destinado para a produção de etanol, enquanto no período de seis meses da safra 2024/2025, o mix de moagem realizado foi de 59,8% para a produção de açúcar e de 40,2% para a produção de etanol.

2. Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias e as políticas contábeis materiais

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas, e estão sendo apresentadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Estas demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com àqueles adotados na elaboração das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de março de 2025. Portanto, essas demonstrações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis anuais da Companhia. Quando os montantes da Companhia e do Grupo são substancialmente os mesmos, apenas os montantes do Grupo estão sendo apresentados.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis intermediárias estão apresentadas nas respectivas notas explicativas e as demais políticas contábeis estão descritas nesta Nota 2.

As demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de edificações, outros imóveis, máquinas e equipamentos industriais na data de transição para IFRS/CPC. Há casos de determinados ativos e passivos financeiros, como instrumentos financeiros derivativos e ativos biológicos, que tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da diretoria da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 2.11.

2.2. Base de consolidação e investimento em controlada

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas em 30 de setembro de 2025.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão demonstradas a seguir e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas estão descritas na Nota 2.4.

Em 30 de setembro de 2025, os saldos consolidados nas demonstrações contábeis intermediárias incluem as seguintes empresas controladas, cujos percentuais de participação não foram alterados:

	País	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025
		participação	participação
Participação direta:			
Coruripe Energética S.A.	Brasil	100%	100%
Camaçari Energética S.A.	Brasil	100%	100%
Coruripe Netherland B.V.	Holanda	100%	100%
Usina Corurema Ltda.	Brasil	50%	50%
Participação indireta:			
Usina Corurema Ltda. (i)	Brasil	50%	50%

(i) Participação indireta por meio da Coruripe Energética S.A.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



2.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de abril de 2025:

Alteração ao IAS 21 - Falta de conversibilidade

Em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinarem se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração teve vigência a partir de 1º. de janeiro de 2025.

A alteração mencionada acima não teve impacto para a Companhia e o Grupo.

2.4. Consolidação

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

2.5. Conversão de moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis intermediárias são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e o Grupo atuam (moeda funcional). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e do Grupo.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte. Itens não monetários que são mensurados pelo

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação.

Na determinação da taxa de câmbio a ser utilizada no reconhecimento inicial do respectivo ativo, despesa ou receita (ou parte dele) relacionada a pagamento ou recebimento antecipado, a data da transação é a data em que a Companhia e o Grupo reconhecem inicialmente o ativo não monetário ou o passivo não monetário decorrente do pagamento ou do recebimento antecipado. Quando há vários pagamentos ou recebimentos antecipados, a Companhia e o Grupo determinam a data da transação para cada pagamento ou recebimento da contraprestação antecipada.

2.6. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

A Companhia e o Grupo possuem benefícios fiscais relacionados à redução do recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS. O valor da subvenção apurado no período foi registrado no resultado como receita de incentivos fiscais (Nota 23 (i)) por representar um crédito tributário reduzindo a despesa de ICMS sobre vendas. Em decorrência da Lei 14.789/23, que extingue os efeitos do benefício no cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, nos termos do § 3º, do artigo 19 da Lei 12.973 / 2014 (Legislação Brasileira), apenas a subvenção concedida até 31 de dezembro de 2023 à Companhia e ao Grupo pelas demais autoridades fiscais foi destinada à "Reserva de incentivos fiscais" e, a partir de 1º de janeiro de 2024 a Companhia deixou de constituir a reserva.

2.7. Instrumentos financeiros

A Companhia e o Grupo adotam o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (adotado em 1º de abril de 2022, em decorrência da adoção à prática contábil de *hedge accounting* - Nota 2.8(c)), e ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

(a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio do resultado; e (iii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. A Companhia e o Grupo possuem os

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



seguintes principais ativos financeiros:

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e o Grupo gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia e o Grupo possuem como ativos financeiros classificados nesta categoria os instrumentos financeiros derivativos (Nota 30), relacionados substancialmente a contratos a termo de preços de açúcar e dólar.

Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e o Grupo mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. A Companhia e o Grupo possuem os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3);
- Aplicações financeiras (Nota 4)
- Contas a receber de clientes (Nota 5);
- Outros direitos (Nota 9);
- Partes relacionadas (Nota 10); e
- Depósitos judiciais.

Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São incluídos nesta categoria os instrumentos financeiros designados como instrumentos de *hedge* (proteção) em uma contabilização de *hedge*. O ativo financeiro deve ser mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O cálculo de *impairment* dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de “perdas de crédito esperadas e incorridas”, exigindo um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito. Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia e o Grupo apresentam os seguintes passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:

- Partes relacionadas (Nota 10);
- Arrendamentos a pagar (Nota 15);
- Parceria agrícola a pagar (Nota 15);
- Fornecedores (Nota 16);
- Empréstimos e financiamentos (Nota 17); e
- Compromissos com contratos de energia (Nota 20).

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

(c) Instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros

A Companhia e o Grupo utilizam instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, *swaps* de taxa de juros e contratos a termo de *commodities*, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros e riscos de preço de *commodities*, respectivamente.

A partir de 1º de abril de 2022, a Companhia implementou a prática contábil do *hedge accounting*, com o objetivo de ordenar os efeitos dos *hedges* no mesmo período em que a exposição protegida é reconhecida. Em observância à legislação de regência, com ênfase ao CPC 48, correlacionado ao IFRS 9, a adoção dessa metodologia foi realizada de forma prospectiva para as operações pré-existentes, bem como para as novas operações, mediante a designação para fins de *hedge accounting*, cujos derivativos são mensurados pelo valor justo e suas correspondentes variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando designado como *hedge accounting*.

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*, em observância à sua política.

A gestão de riscos financeiros da Companhia utiliza derivativos e não-derivativos como instrumento de *hedge*, de acordo com as seguintes espécies:

- Swap cross-currency – derivativo

A Companhia utiliza *swaps cross-currency* com opções combinadas para proteger passivos financeiros reconhecidos. Os *swaps* são mensurados a valor justo e possuem os seus termos críticos semelhantes ao passivo protegido. As relações de *hedge* são consideradas perfeitas quando os termos e condições estão ajustadas para refletir os termos críticos do passivo protegido.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os *swaps cross-currency* protegem um passivo financeiro reconhecido e tem o objetivo de compensar a variação cambial do item protegido com custo em CDI. O CDI é o Certificado de Depósito Intercambiário, comumente utilizado no mercado financeiro brasileiro. Normalmente, títulos financeiros de curto prazo são indexados ao CDI, cuja taxa é divulgada diariamente. As empresas aplicam seus recursos financeiros e, majoritariamente, as aplicações da Companhia estão atreladas ao CDI. A gestão de riscos financeiros da Companhia entende que, para não existir um descasamento de taxas de juros, os *swaps* precisam ter a ponta passiva em CDI. O panorama da gestão da taxa de juros é que o aumento da taxa CDI gera um custo adicional no *swap* e um acréscimo nas aplicações financeiras, compensando o risco entre si. A diminuição da taxa do CDI gera um custo menor no *swap*, mas as aplicações financeiras têm um retorno reduzido.

- Swap IPCA x CDI – derivativo

Nessa espécie de operação, a Companhia busca financiamentos com debêntures atreladas ao IPCA, e se protege utilizando *swaps* para trocar o risco (IPCA para o CDI). Os *swaps* são mensurados a valor justo e possuem os seus termos críticos semelhantes ao passivo protegido. As relações de *hedge* são consideradas perfeitas quando os termos e condições estão ajustadas para refletir os termos críticos do passivo protegido. O custo em CDI não representa um risco para a Companhia.

- Non-delivery-forwards (“NDFs”) Cambiais

As NDFs cambiais são registradas contabilmente pelo seu valor justo. O propósito das NDFs cambiais é proteger a variação cambial do item protegido. Dentro do curso normal de suas operações, a Companhia possui receitas de exportação de açúcar e aquisição de insumos atreladas ao dólar. A gestão destas exposições cambiais é realizada de forma distinta: as operações de venda de NDF (short) têm o objetivo de proteger a variação cambial destas exportações e as operações de compra de NDF (long) têm o objetivo de proteger a variação cambial das aquisições de insumos para utilização no canavial.

As operações de NDFs cambiais designadas para *hedge accounting* protegem transações futuras altamente prováveis. Eventualmente, a Companhia contrata NDFs cambiais para proteger o fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros reconhecidos, que não serão designados para *hedge accounting*.

- Dívidas Cambiais – não-derivativo

A Companhia vem reduzindo a dívida em dólar (USD) e aprimorando as estratégias para controlar o risco cambial do passivo financeiro atrelado a receitas futuras de exportação e mecanismos de proteção de *hedge* e contratação de derivativos. As dívidas são contratadas com datas de vencimento próximas às datas de exportação de açúcar, coincidindo com os seus fluxos de caixa que estão em ordem crescente. Ao contratar as dívidas cambiais, a Companhia reconhece ao custo amortizado e a variação cambial é apurada durante o período. A variação cambial dos juros do passivo financeiro é minimizada e a Companhia designa apenas a variação cambial do principal e parte dos juros para *hedge accounting*. A designação das dívidas e juros cambiais para *hedge accounting* não é obrigatória.

As variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado no patrimônio líquido (“Ajuste de avaliação patrimonial”) e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício (“Resultado financeiro”). Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos exercícios e nos períodos em que

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



o item protegido por *hedge* afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado na rubrica “Receita operacional líquida”, de modo a minimizar as variações do objeto do *hedge*.

2.8. Arrendamentos

O direito de uso do ativo é reconhecido como um ativo e a obrigação dos pagamentos como um passivo.

A Companhia e suas controladas consideram arrendamento todo contrato que, mediante contraprestação, lhe transferem o direito de controlar o uso de um ativo por determinado período. Dessa forma, os contratos de parceria agrícola são contabilizados no escopo da norma contábil, não obstante tenham natureza jurídica diversa aos arrendamentos.

Na data de transição para o CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia adotou a abordagem simplificada de efeito cumulativo e os seguintes critérios: (i) passivo: saldos remanescentes dos contratos vigentes na data da adoção inicial, líquidos dos adiantamentos realizados e descontados por taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a realidade econômica da Companhia e do Grupo; e (ii) ativo: valor equivalente ao passivo ajustado a valor presente. A mensuração do direito de uso e do saldo a pagar é realizada anualmente, com base na variação do índice com metodologia do Consecana-SP calculado sobre a comercialização da Companhia e do Grupo aplicados no polo de Iturama e do polo de Campo Florido. Para o polo de Alagoas, o índice adotado pela Companhia é o Sindaçúcar – AL, e a remensuração acontece ao final de cada mês, considerando as particularidades desses contratos de arrendamento que prevê a liquidação da obrigação pelo índice do mês e não pelo índice acumulado do final de safra.

Não foram reconhecidos ativos e passivos para contratos de baixo valor (computadores, telefones e equipamentos de informática em geral) e/ou vigência limitada a 12 meses, os quais foram julgados imateriais pela diretoria. Os pagamentos associados a esses contratos foram registrados como despesa pelo método linear.

2.8.1 Parceria agrícola real

A Companhia considera como parceria real todo o contrato que, mediante uma participação real do parceiro na produção, confere a Companhia o direito em conjunto com o parceiro de explorar o ativo por determinado período. O parceiro participa com o custo do ativo/terra mediante o direito de receber uma participação correspondente a um percentual fixo pré-determinado da produção, enquanto a Companhia participa com todos os demais custos efetivos da produção na área do parceiro.

Essa modalidade de contrato é utilizada pela Companhia para a produção de cana-de-açúcar, nas regiões do polo de Iturama em Minas Gerais e no polo de Coruripe em Alagoas e, na avaliação da diretoria, essa operação não está sob o escopo do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos, pois não é possível determinar o valor da obrigação da Companhia nos referidos contratos (obrigação variável), considerando que o parceiro somente terá direito a contraparte nas safras em que efetivamente ocorre a produção de cana-de-açúcar, sendo reconhecido contabilmente a custo de matéria-prima no resultado contra um passivo como fornecedor por competência conforme a produção na safra.

2.9. Ações em tesouraria

Representado por ações próprias adquiridas junto a antigos acionistas e mantidas em tesouraria. São reconhecidas ao custo de aquisição classificadas como um item redutor do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra e venda, emissão ou

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

2.10. Principais eventos ocorridos durante o período

a) Reestruturação financeira

Em 30 de setembro de 2025, o balanço patrimonial apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 950.604 na Controladora e R\$ 900.891 no Consolidado, ante uma posição negativa em 31 de março de 2025, nos montantes de R\$ 157.525 e R\$ 120.438, na Controladora e no Consolidado, respectivamente.

Na avaliação da diretoria financeira da Companhia e do Grupo, a posição acima é esperada para o primeiro semestre da safra quando as receitas operacionais e ingresso de caixa são menores, dado o período de início da safra na região Nordeste e meio de safra na região Sudeste, momento este que ocorre o início da produção e consequente aumento do volume de estoques, cujas vendas são concretizadas no segundo semestre. No mesmo período da safra anterior, em setembro de 2024, o capital circulante líquido negativo era de R\$ 893.044 na Controladora e R\$ 851.065 no Consolidado, confirmando a sazonalidade dessa situação de liquidez.

Houve ainda nesse primeiro semestre, maior necessidade de consumo de caixa, principalmente devido à liquidação da primeira parcela da dívida sindicalizada, formalizada no início de 2025, destinada a amortizar parcialmente os Bonds e quitar juros, considerando o cenário de mercado com taxas elevadas no Brasil, impulsionadas pela Selic. Apesar disso, a posição de caixa permanece levemente superior ao mesmo período da safra anterior.

Adicionalmente, a Companhia mantém relacionamento com instituições financeiras com operações disponíveis para a captação de recursos para o alongamento imediato da dívida, todavia, a diretoria financeira tem avaliado de forma responsável a real necessidade de captação em razão dos altos custos financeiros apresentados em determinadas operações.

O Grupo mantém o foco na equalização da estrutura de capital e no equilíbrio dos seus fluxos de caixas e, durante os seis meses da safra 2025/2026, o Grupo avançou com a meta de diversificação das fontes de captação com bancos de fomento, operações estruturadas, *tradings* de açúcar e principalmente estruturas inovadoras para o grupo utilizando a agenda ESG (Ambiental, Social e Governança) para captações de operações alongadas e com custos adequados com grandes fundos internacionais (Nota 32).

Na data de aprovação dessas demonstrações contábeis, a Companhia e o Grupo mantêm linhas de crédito firmes disponíveis de, aproximadamente, R\$ 1.897.500 com bancos de fomento, mercado de capitais e instituições financeiras, bem como conta com várias operações de revolving automático que ocorrerão durante a safra. Desse total de linhas de crédito disponíveis, R\$ 621.402 já foram captados a partir de 1º de outubro de 2025 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis.

Na avaliação da diretoria, essas linhas de crédito somadas com a atual posição de caixa e equivalentes, são consideradas suficientes para estabilizar a posição de capital de giro da Companhia e do Grupo nos próximos 12 meses, considerando a expectativa de geração de caixa operacional da própria safra.

b) Alterações na tributação de subvenções governamentais

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Com a aprovação da Medida Provisória ("MP") nº. 1.185/2023, aprovada pela lei 14.789/23 que revogou a isenção das subvenções para investimentos (tratada no artigo 30 da Lei 12.973/2014), não será mais permitida a exclusão do referido benefício das bases de cálculo de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. A Lei entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 com vigência até 31 de dezembro de 2028.

A Lei também institui um novo crédito fiscal de 25% sobre a base das subvenções concedidas, com algumas condições para habilitação e utilização, possibilitando a compensação com outros tributos devidos, ou mesmo, resarcimento financeiro. A habilitação estipulada pela Lei, será a confirmação e enquadramento dos benefícios fiscais do Grupo como subvenção para investimento. A utilização do novo crédito fiscal será possível somente após a entrega da Escrituração Contábil Fiscal ("ECF") até 31 de julho do ano seguinte. A Companhia não habilitou os incentivos fiscais (crédito presumido de ICMS de MG e crédito presumido de ICMS de AL) que são a base das subvenções para investimento na base do E-Cac na Receita Federal do Brasil por entender que as condições impostas pelo órgão fiscalizador são totalmente desfavoráveis para o aceite da habilitação pelo fisco, no entanto os impactos no IRPJ e CSLL ainda são praticamente nulos, uma vez que a companhia não gerou impostos a pagar no último ano e confia que as ações judiciais impetradas contra o fisco devem prosperar.

Em 15 de abril de 2024, a Companhia obteve decisão favorável pela não tributação das subvenções estabelecida pela lei 14.789/23 através de mandado de segurança coletivo impetrado pelo Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Minas Gerais (SIAMIG). Essa decisão vale apenas para as subvenções de crédito presumido de ICMS de MG, que representam, aproximadamente, 76% das operações da Companhia, e para o Estado de Alagoas, que representa 24% das operações, o departamento jurídico da Companhia está impetrando mandado de segurança individual. Em 15 de junho de 2024, a Companhia obteve decisão favorável também para o mesmo tema referente ao crédito presumido de ICMS de Alagoas.

Em 15 de junho de 2024, a Companhia também entrou com mandado de segurança contra a União, contestando a cobrança de PIS e COFINS sobre a subvenção estabelecida também pela Lei 14.789/23. De acordo com a Lei Complementar 160, e jurisprudências consolidadas pelo STF, os incentivos dos Estados não são passíveis de tributação pelo União e, em 30 de setembro de 2025, o processo continua tramitando nos tribunais.

Com o advento da nova Lei, a Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos e tributários, tem optado pela tributação de acordo com a nova Lei e aguarda os desdobramentos das liminares nos tribunais superiores de 2ª e 3ª instâncias e, em havendo resultado positivo nas instâncias superiores, a Companhia repetirá os indébitos juntos a Receita Federal do Brasil. A Companhia não espera variações significativas nos seus fluxos de caixa por conta da nova Lei uma vez que os débitos serão compensados em conta gráfica para o PIS e COFINS, e supridos quase que integralmente com as adições e exclusões na base do IRPJ e CSLL.

c) Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC ") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma ") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual ") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS ") - de competência federal, que incidirá sobre a produção,

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2025.

d) Mudança de estimativa no cálculo do valor contábil das ações IAA/4870

Durante o período de seis meses findo em 30 de setembro de 2025, o valor contábil dos créditos a receber pelas ações ordinárias de indenização do IAA/4870 da Companhia foi recalculado considerando que houve modificação nos fluxos de caixa esperados das referidas ações, nos termos do parágrafo B5.4.6 do Pronunciamento Técnico CPC 48/ IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. A diretoria mantém os créditos registrados ao custo amortizado, considerando a sua intenção de manter esses ativos até o seu vencimento para o recebimento do valor do principal e juros. Os detalhes desse recálculo estão divulgados na Nota 9 (a).

2.11. Principais usos de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão divulgadas na Nota 2.12 às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de março de 2025 e não tiveram alteração para o período findo em 30 de setembro de 2025.

2.12. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.13. Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos

segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, sendo de responsabilidade deste as principais decisões estratégicas da Companhia e do Grupo.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem aos valores de caixa, em depósitos bancários, no Brasil e no exterior, em aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos e com insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025
Caixa	197	288	197	288
Bancos conta movimento				
No país	152.061	264.304	205.546	314.377
No exterior	172.554	250.431	174.352	252.449
Aplicações financeiras	284.983	542.340	284.983	542.340
	609.795	1.057.363	665.078	1.109.454

Em 30 de setembro de 2025, as contas bancárias e as aplicações financeiras de alta liquidez classificadas como equivalentes de caixa são mantidas em instituições financeiras de primeira linha, de baixo risco de crédito. As aplicações são remuneradas principalmente pela variação do CDI que, em 31 de março de 2025, variam de 95% a 107% do CDI (31 de março de 2025 - 95% a 107% do CDI). As aplicações no exterior são remuneradas “overnight” à taxa de 3% a.a. (31 de março de 2025 - taxa “overnight” de 3% a.a.) e estão disponíveis para uso imediato sem risco de perda de receita.

Essas aplicações financeiras têm vencimento original inferior a três meses a atendem aos requisitos do CPC 03 – Demonstrações dos Fluxo de Caixa, para a classificação como equivalentes de caixa.

4. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025
Operações compromissadas	8.824	11.553	8.824	11.553
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	60.310	35.887	60.310	35.887
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	96.855	96.983	96.855	96.983
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	10.792	13.395	10.792	13.395
Recibo de Depósito Cooperativo	6.967	14.816	6.967	14.816
Debêntures	2.333		2.333	
Outras aplicações	9.507	4.850	9.507	10.600
	195.588	177.484	195.588	183.234
Circulante	(159.058)	(157.818)	(159.058)	(163.568)
Não circulante	36.530	19.666	36.530	19.666

As aplicações financeiras incluem, basicamente, títulos e valores mobiliários que são representados preponderantemente por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), Operações Compromissadas e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), com taxas de remuneração anual que, em 30 de setembro de 2025, variam de 95% a 107% do CDI (31 de março de 2025 - 95% a 107% do CDI).

5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025
No país	115.707	114.494	124.017	117.033
No exterior	27.883	27.807	27.883	27.807
	143.590	142.301	151.900	144.840
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.909)	(2.005)	(1.909)	(2.005)
	141.681	140.296	149.991	142.835

A composição de contas a receber por idade de vencimento é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025
A vencer	127.364	138.299	135.674	140.838
Vencidos:				
Entre 1 e 30 dias	9.265	1.611	9.265	1.611
Entre 31 e 90 dias	3.720	84	3.720	84
Entre 91 e 120 dias	2	118	2	118
Entre 121 e 180 dias	1.330	184	1.330	184
Há mais de 180 dias	1.909	2.005	1.909	2.005
	143.590	142.301	151.900	144.840

Os saldos vencidos entre 1 e 30 dias foram substancialmente liquidados financeiramente no período subsequente à data-base das demonstrações contábeis intermediárias.

As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa foram estimadas com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são consideradas suficientes para diretoria da Companhia e do Grupo para cobrir as eventuais perdas sobre os valores a receber.

Conforme requerido pelo CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, a diretoria efetuou análise detalhada da expectativa de perda futura sobre contas a receber e concluiu que a provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída em 30 de setembro de 2025 é suficiente para fazer frente a essas perdas esperadas.

6. Estoques

Os estoques, com exceção dos CBIOs, estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização.

Os estoques de CBIOs são mensurados ao valor justo no seu reconhecimento inicial. A mensuração subsequente é reconhecida pelo menor valor entre o de reconhecimento inicial ou realizável líquido.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		30 de setembro de 2025	31 de março de 2025	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025
Produtos acabados:					
Açúcar	(a)	448.461	37.321	448.461	37.321
Etanol		197.205	24.143	197.205	24.143
CBIOs		5.445	2.727	5.445	2.727
Melaço		2.653	1.590	2.653	1.590
Almoxarifado	(b)	133.968	142.196	134.306	142.549
		787.732	207.977	788.070	208.330
(-) Provisão para perdas nos estoques		(7.395)	(6.451)	(7.395)	(6.451)
		780.337	201.526	780.675	201.879

- a) Em 30 de setembro de 2025, o montante de R\$ 159.143 está cedido em garantia de Certificados de Depósito Agropecuário – CDA's (Em 31 de março de 2025 – R\$ 19.304);
- b) Os itens de almoxarifado estão relacionados principalmente a produtos agroquímicos, insumos industriais, itens de reparo e manutenção.

7. Adiantamentos a fornecedores

	Controladora e Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025
Adiantamento a fornecedores de cana		
(-) Provisão para perdas com adiantamentos	526.757	540.047
	(71.955)	(68.245)
	454.802	471.802
Circulante	(301.472)	(356.390)
Não circulante	153.330	115.412

A Companhia firmou contratos para aquisição de cana-de-açúcar produzida em propriedades rurais de terceiros. Os contratos usualmente são firmados para um prazo de até sete ciclos de cana-de-açúcar.

Em 30 de setembro de 2025, o saldo de adiantamentos a fornecedores de cana equivale a aproximadamente 3.873 toneladas de cana-de-açúcar (31 de março de 2025 - 4.057 toneladas), o que corresponde a 23,4% da capacidade produtiva anual da Companhia (31 de março de 2025 – 24,5%).

Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar referem-se a pré-pagamentos que serão abatidos das contas a pagar originadas com a entrega da cana-de-açúcar pelo fornecedor em cada safra.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Controladora e Consolidado	
	30 de setembro de 2025	30 de junho de 2024
Saldo no início do período	68.245	59.789
Novas provisões para perdas com adiantamentos	3.710	2.405
Em 30 de setembro	71.955	62.194

No período de seis meses da safra 2025/2026, a provisão para perdas nos adiantamentos a fornecedores de cana aumentou em R\$ 3.710 decorrente das atualizações na avaliação de entrega de cana em determinadas áreas de fornecedores.

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	115.145	126.046	115.279	126.180
PIS - Programa de Integração Social	21.068	22.617	21.097	22.646
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	11.997	11.475	11.997	11.475
ICMS normal - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	47.412	57.668	47.438	57.677
ICMS sobre ativo fixo - CIAP	7.360	8.323	7.360	8.323
Outros	26.485	22.256	26.490	22.261
	229.467	248.385	229.661	248.562
Circulante	(224.847)	(243.243)	(225.041)	(243.420)
Não circulante	4.620	5.142	4.620	5.142

Os saldos de tributos a recuperar advêm das transações mercantis e de antecipações.

A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025
Safra 2026/2027	1.633	628	1.633	628
Safra 2027/2028	1.795	2.488	1.795	2.488
Safra 2028/2029 em diante	1.192	2.026	1.192	2.026
	4.620	5.142	4.620	5.142

9. Outros direitos

Nota	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025
Créditos indenizatórios - IAA	(a)	5.274.972	4.517.764	5.274.972
Contas a receber pela venda de lavouras	(b)	17.346	25.476	17.346
Adiantamentos a prestadores de serviços		30.710	24.323	30.710
Adiantamentos a colaboradores		8.369	9.545	8.369
Outros créditos		33.667	33.971	33.786
		5.365.064	4.611.079	5.365.183
(-) Provisão para perdas (i)		(6.227)	(5.291)	(6.227)
		5.358.837	4.605.788	5.358.956
Circulante		(56.416)	(74.206)	(56.535)
Não circulante		5.302.421	4.531.582	5.302.421
				4.531.582

(i) Refere-se às provisões para perdas sobre saldo a receber de venda de lavoura (R\$ 4.748) e adiantamentos a terceiros (R\$ 1.480).

a) Ações ordinárias de indenização por perdas e danos contra a UNIÃO – IAA 4870

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia possui reconhecido crédito no montante de R\$ 5.274.972 (31 de março de 2025 – R\$ 4.517.764), correspondente ao valor estimado de realização de duas Ações Ordinárias de Indenização por Perdas e Danos contra a União Federal, as quais transitaram em julgado favoravelmente à Companhia em exercícios anteriores. Nas referidas ações, a Companhia pleiteia o direito de obter indenização de todos os prejuízos, diretos e indiretos, decorrentes da fixação, pelo Instituto do Açúcar e Álcool, do preço do açúcar e do etanol abaixo dos custos de produção, incidente sobre a comercialização desses produtos do período compreendido entre março de 1985 e junho de 1992.

Em ambas as ações, foram proferidas decisões em última instância, reconhecendo o direito da Companhia às indenizações. Após o trânsito em julgado, a União Federal ajuizou ações rescisórias visando à reversão das decisões, as quais foram definitivamente julgadas improcedentes em 23 de fevereiro de 2012 e 27 de novembro de 2013, consolidando o direito da Companhia.

Paralelamente às ações rescisórias, a Companhia iniciou a execução dos títulos judiciais (registrados sob n° 0031661-46.2002.4.01.3400 e n° 0022410-91.2008.4.01.3400), anexando suas memórias de cálculo e requerendo a expedição dos precatórios, sem qualquer impugnação por parte da União Federal dos valores apresentados nas respectivas petições de Execução do Título Judicial, mas apenas impugnação limitada à apuração do valor devido, sem questionar o direito reconhecido.

O registro contábil desses créditos ocorreu no exercício findo em 31 de março de 2015 quando, com base no transito em julgado favorável das referidas ações, a Diretoria decidiu pela classificação dos mesmos como Custo amortizado, considerando a decisão de manutenção dos referidos direitos até a sua data de recebimento, com o objetivo de receber o principal e juros correspondentes, procedendo com o cálculo do valor presente dos créditos decorrentes dessas ações. Os valores foram determinados considerando a melhor estimativa do fluxo de caixa advindo das referidas ações com base nas seguintes principais premissas na data do cálculo:

(i) Valor de face dos créditos calculado e periciado na data da mensuração ao valor justo: R\$ 2.836.471;

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- (ii) fluxo de caixa futuro da ação, considerando a correção do IPCA-E e juros do processo, de acordo com a remuneração determinada para ações judiciais;
- (iii) estimativa de prazo para a emissão dos precatórios, considerada a partir de janeiro de 2023 com o pagamento em 10 anos, com base na avaliação dos assessores jurídicos, considerando o estágio das ações;
- (iv) taxa de desconto estimada em 6,03% equivalente a remuneração do Governo Federal para a Nota do Tesouro Nacional tipo B (NTN-B) com prazos de vencimento similar e spread equivalente ao risco da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia remensurou o valor futuro dos fluxos de caixa esperados dessas duas Ações Ordinárias em R\$ 4.759.236, ajustando o prazo de liquidação das ações para 15 anos e, assim, por se tratar de uma modificação nos fluxos de caixa dos referidos ativos, ajustou em seu balanço o valor presente dos referidos créditos, apurado o montante de R\$ 2.700.662, com base na taxa efetiva utilizada para o desconto a valor presente determinado no momento do reconhecimento inicial do ativo.

Em 4 de fevereiro de 2021, a Corte Especial do TRF1 (Tribunal Regional Federal) se reuniu para apreciar o agravo interno da União que contestava o cálculo da indenização objeto transitado em julgado. A União em seu agravo alegou haver divergência jurisprudencial com o entendimento do STJ firmado em sede de recurso repetitivo (Resp. n. 1.347.136/DF). O tribunal, por maioria, negou provimento ao agravo interno da União. A decisão abordou as principais teses defendidas pela Companhia, tanto no sentido de afastar o prejuízo contábil como critério para a apuração do *“quantum debeatur”*, quanto no sentido de reafirmar que a decisão que negou seguimento ao recurso especial. Os consultores legais da Companhia entendem que a decisão está em plena consonância com o entendimento estampado no repetitivo do STJ (Resp. 1.347.136/DF – Matary), de maneira que o prognóstico de admissão do Recurso da União é remoto.

Após o tribunal negar provimento ao agravo, a União Federal manejou embargos executórios. No entendimento dos consultores legais da Companhia, o trânsito em julgado da ação de conhecimento, bem como da sua respectiva ação rescisória, sedimentou-se coisa julgada soberana sobre a condenação do ente público, e a União busca revisitar decisão acobertada pelo manto da coisa julgada. O agravo da União foi incluso na pauta de julgamento do Tribunal em 2022 e foi rejeitado por unanimidade pela Corte Especial.

Em setembro de 2022, com base nos embargos à execução que transitaram em julgado em agosto de 2022, a Companhia requereu a retomada da execução, a princípio apenas do Processo n°. 0031661-46.2002.4.01.3400, pleiteando a remessa dos autos à Contadoria Judicial para validação dos valores ora apresentados junto ao seu demonstrativo discriminado e atualizado do crédito. O processo n° 0022410-91.2008.4.01.3400, teve os embargos à execução transitados em julgado em novembro de 2022, para o qual será realizada a retomada da execução com o valor atualizado do crédito.

Com base nos fatos acima descritos, obtidos em informações prestadas por seus consultores jurídicos, em 31 de março de 2023, a diretoria da Companhia reavaliou o fluxo de caixa estimado dos créditos decorrentes das referidas ações judiciais, considerando que as decisões proferidas nos embargos à execução, ocorridas ao longo daquele exercício, encerraram definitivamente qualquer possibilidade de discussão de mérito por parte da União Federal, restando apenas o cumprimento da sentença e a atualização dos valores pela Contadoria Judicial para fins de expedição dos precatórios.

Nesse contexto, e considerando que os embargos julgados não poderiam mais trazer novos elementos que alterassem o direito da Companhia, a diretoria entendeu haver subsídios suficientes

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



para o recálculo do valor contábil desse ativo, considerando o regramento ditado pela legislação aplicável e já incorporado ao manual de cálculos da Justiça Federal, bem como para a revisão do prazo estimado de realização do crédito e sua efetiva conversão em caixa para a Companhia. Dessa forma, esses elementos acabaram por trazer uma modificação no fluxo de caixa dos referidos ativos, com os respectivos efeitos reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de março de 2023. Esses fluxos passaram a considerar, com base na avaliação dos consultores jurídicos da Companhia, devidamente fundamentada na legislação aplicável, o pagamento dos precatórios em parcela única na safra 2026/2027.

Como resultado desse recálculo, o valor atualizado dos créditos foi estimado em R\$ 5.378.220, tendo sido reconhecido contabilmente, ajustado a valor presente, o montante de R\$ 4.018.518 em 31 de março de 2023.

Em 31 de julho de 2023 e 19 de setembro de 2023, a União apresentou manifestações sobre os processos nº 0022410-91.2008.4.01.3400 (Camaçari Agroindustrial Ltda.) e nº 0031661-46.2002.4.01.3400 (S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool), respectivamente. Nessas manifestações, embora tenha reconhecido parcialmente os valores apurados, a União questionou determinadas premissas utilizadas nos cálculos apresentados pela Companhia. Com base na avaliação de seus assessores jurídicos, a diretoria entendeu que tais questionamentos não possuíam fundamento técnico ou impacto relevante sobre a apuração do crédito, não alterando, portanto, a avaliação do montante reconhecido. Diante disso, a Companhia requereu a retomada da execução, com a remessa dos autos à Contadoria Judicial, para validação dos valores constantes de seu demonstrativo de cálculo.

Em janeiro de 2024, o processo da Usina Coruripe foi remetido para a Contadoria Judicial, tendo retornado para a Companhia em julho de 2024, com cálculos que indicaram a assertividade da estimativa da Companhia, e para os quais a Companhia pediu a sua homologação. Em agosto de 2024, a União ajuizou uma segunda ação rescisória dentro do contexto geral. Em 06 de junho de 2025, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região revogou decisão anterior, proferida em 19 de dezembro de 2024, pela qual havia deferido o pedido de tutela de urgência sobre a ação rescisória requerido pela União para suspender a execução principal da ação do IAA/4870 da Usina. Com a suspensão da tutela sobre a ação rescisória, a execução do processo impetrado pela Coruripe contra a União voltou ao seu rito normal.

Em junho de 2024, a Juíza da 6ª Vara da SJ/DF – Seção Judiciária do Distrito Federal proferiu uma decisão limitando o período indenizatório a janeiro de 1991 para o processo da Camaçari Agroindustrial. A Companhia identificou erros materiais e ambiguidades nessa decisão e apresentou embargos de declaração, que foram rejeitados em setembro de 2024. Todavia, em 21 de outubro de 2024, a Companhia interpôs um agravo de instrumento contra essa decisão e, além disso, a União também impetrou uma ação rescisória contra a Camaçari Agroindustrial, nos mesmos termos da ação contra a Usina Coruripe. Em 25 de janeiro de 2025, em sentença, a referida ação rescisória foi considerada improcedente e, dessa forma, essa ação deve seguir os mesmos trâmites da outra ação, acima mencionada. Ademais, em 25 de novembro de 2025, por unanimidade de votos, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) negou o provimento do agravo interno da União na Ação Rescisória da Camaçari. Ainda é possível esperar que a União apresente recurso em face desse último acórdão, mas o processo segue seu rito normal sem nenhum impedimento.

No curso do exercício de 2024, a Contadoria Judicial apresentou parecer técnico no âmbito da fase de cumprimento de sentença para o processo judicial da Usina Coruripe, no qual foram analisados os critérios de cálculo aplicáveis e apurado o valor do crédito. Embora tal manifestação decorra naturalmente do trâmite processual, a diretoria da Companhia, com o suporte de seus assessores

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



jurídicos, procedeu à análise detalhada do parecer apresentado e, acompanhando a evolução processual desde o recebimento do referido parecer, no trimestre findo em 30 de setembro de 2025 concluiu pela inexistência de novos elementos, ou recursos, que pudessem alterar a metodologia de cálculo ou o montante apurado. Esse processo demandou grande esforço da Diretoria da Companhia, haja vista os diversos recursos impetrados pela União ao longo da discussão, bem como as diversas variáveis que impactam no cálculo do valor dos referidos créditos.

Nesse contexto, no período findo em 30 de setembro de 2025, diante da confirmação de que não restam riscos relevantes capazes de impactar o valor do crédito, a Diretoria concluiu estarem reunidas as condições necessárias para determinar que houve uma modificação nos fluxos de caixa estimados, causados, sobretudo, pelo valor declarado pela Contadoria Judicial, bem como pela expectativa de liquidação de uma das ações ainda em 2027.

Subsequentemente ao encerramento do trimestre, mas antes do encerramento das demonstrações contábeis intermediárias da Companhia, foi confirmada a expectativa da Diretoria, com decisão do juízo em processo da Companhia que rejeitou a impugnação aos cálculos apresentada pela União e homologou integralmente os valores apurados pela Contadoria Judicial. Essa decisão consignou a inexistência de fundamento jurídico que autorizasse a exclusão do crédito referente ao período posterior a janeiro de 1991, uma vez que a perícia original havia apurado o crédito até junho de 1992, sem qualquer limitação imposta por decisão judicial, bem como determinou a expedição do precatório.

Nesse contexto, e com o resultado favorável da decisão descrita no parágrafo anterior, a Diretoria da Companhia, em conjunto com os seus assessores jurídicos, peticionou requisição para a expedição do precatório parcial, correspondente ao montante controverso da ação, considerando os efeitos da Emenda Constitucional nº 136/2025, a qual antecipou para 1º de fevereiro o prazo para processamento das requisições de pagamentos de precatórios pela União. Considera-se montante controverso, o montante que a União já havia manifestado nos autos a sua concordância acerca do laudo da Contadoria Judicial.

Assim, em 29 de novembro de 2025, foi deferida a expedição imediata do precatório referente ao valor controverso de R\$ 2.129.133, atualizado até 30 de setembro de 2025 e, em 02 de dezembro de 2025, foi registrada no sistema judicial a minuta da respectiva Requisição de Pagamento do precatório, com a determinação de intimidação da União para ciência.

Os eventos subsequentes acima descritos confirmam a melhor estimativa da Diretoria da Companhia, que com base na avaliação dos seus assessores jurídicos, estima que a formalização definitiva do precatório ocorra até 1º de fevereiro de 2026, sendo o fluxo de caixa correspondente ao valor controverso esperado para recebimento em parcela única no exercício de 2027.

Conforme descrito anteriormente, a Companhia procedeu à mensuração dos créditos estimados do processo da Usina Coruripe em 30 de setembro de 2025, os quais foram adotados como a melhor estimativa, passando a adotar como base de mensuração os valores apurados pela Contadoria Judicial, considerando o estágio processual das ações e as decisões então existentes.

A parcela remanescente ao montante do controverso, embora ainda não tenha sido objeto de expedição formal até a presente data, integra o mesmo título judicial, foi abrangida pela decisão que determinou a expedição do precatório e já está integralmente refletida no valor do crédito reconhecido pela Companhia. Considerando o estágio atual do processo e o regramento legal de pagamento dos precatórios, a diretoria, em conjunto com seus assessores jurídicos, estima que o valor remanescente do crédito, no montante de R\$ 2.096.152 em 30 de setembro de 2025, será

liquidado em parcela única no exercício de 2028.

O recálculo realizado pela Diretoria resultou na apuração do valor atualizado na ação da Usina no valor de R\$ 4.903.061 e no reconhecimento desses créditos, ajustados a valor presente, no montante de R\$ 4.172.678, em 30 de setembro de 2025. Para o cálculo do valor presente do montante atualizado dos créditos, a diretoria manteve a taxa de juros efetiva determinada no reconhecimento inicial desse ativo, equivalente a 6,03% ao ano, conforme determinado pelo parágrafo 5.4.3 do CPC 48/ IFRS 9.

A ação da Camaçari, também ajustado a valor presente, perfaz o montante de R\$ 1.102.294, na data base dessas demonstrações financeiras e não tiveram os seus fluxos ajustados em razão de não haver alterações nos fluxos de caixa estimados até a presente data.

Durante os seis meses da safra 2025/2026, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 757.208 (30 de setembro de 2024 – R\$ 126.584) relativos ao ajuste do saldo contábil a valor presente, em contrapartida da linha de receita financeira no resultado do exercício (Nota 25).

No exercício findo em 31 de março de 2025, a Companhia reverteu as provisões que mantinha para os tributos calculados sobre os créditos indenizatórios do IAA/4870, considerando a atualização de sua estimativa para o pagamento desses tributos (Nota 2.11 (d)). Até 31 de março de 2024, a Companhia mantinha provisão no montante de R\$ 158.280, para o recolhimento de PIS e COFINS diferidos sobre as receitas financeiras registradas a partir de 1º de julho de 2015, a qual era calculada às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, essas provisões estavam registradas como Tributos a recolher (Nota 18), e a variação entre os períodos em Outras despesas operacionais (Nota 27) na demonstração do resultado. A Companhia também mantinha registrada a provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos que, em 31 de março de 2024 eram no montante de R\$ 625.640, determinados à alíquota de 15,25% para o Imposto de Renda e Contribuição Social, e calculados sobre o montante total do crédito considerando o benefício fiscal do lucro na exploração (Nota 28).

Adicionalmente, a Companhia reconhece ainda provisão para pagamento de honorários advocatícios devidos no êxito das referidas ações, calculada considerando os contratos firmados com os respectivos escritórios de advocacia responsáveis pelas ações. Em 30 de setembro de 2025, o valor dessa provisão é de R\$ 664.666 (Em 31 de março de 2025 – R\$ 567.128), registrada no passivo não circulante em “Outras obrigações”.

Esses créditos indenizatórios foram cedidos em garantia de 1º grau a operação do CRA em 2018, e de 2º grau para a operação de dívida sindicalizada realizada em janeiro de 2025 (Nota 17). Em 30 de janeiro de 2025, os Bonds emitidos pela controlada foram substancialmente liquidados e a garantia dos créditos de indenização do IAA/4878 atrelados a essa dívida foram liberadas.

b) Créditos pela venda de lavouras

Em 30 de setembro de 2025, o saldo refere-se a valores a receber pela venda de cana soca em Iturama e Campo Florido, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo (valor presente) com a apropriação de juros na ordem de 11,42% e 10,75% pelo método do custo amortizado. O saldo possui expectativa de recebimento no período das próximas duas safras.

10. Partes relacionadas

Controle

A Companhia é controlada pela Coruripe Holding S.A. O Grupo Tercio Wanderley refere-se ao conjunto

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

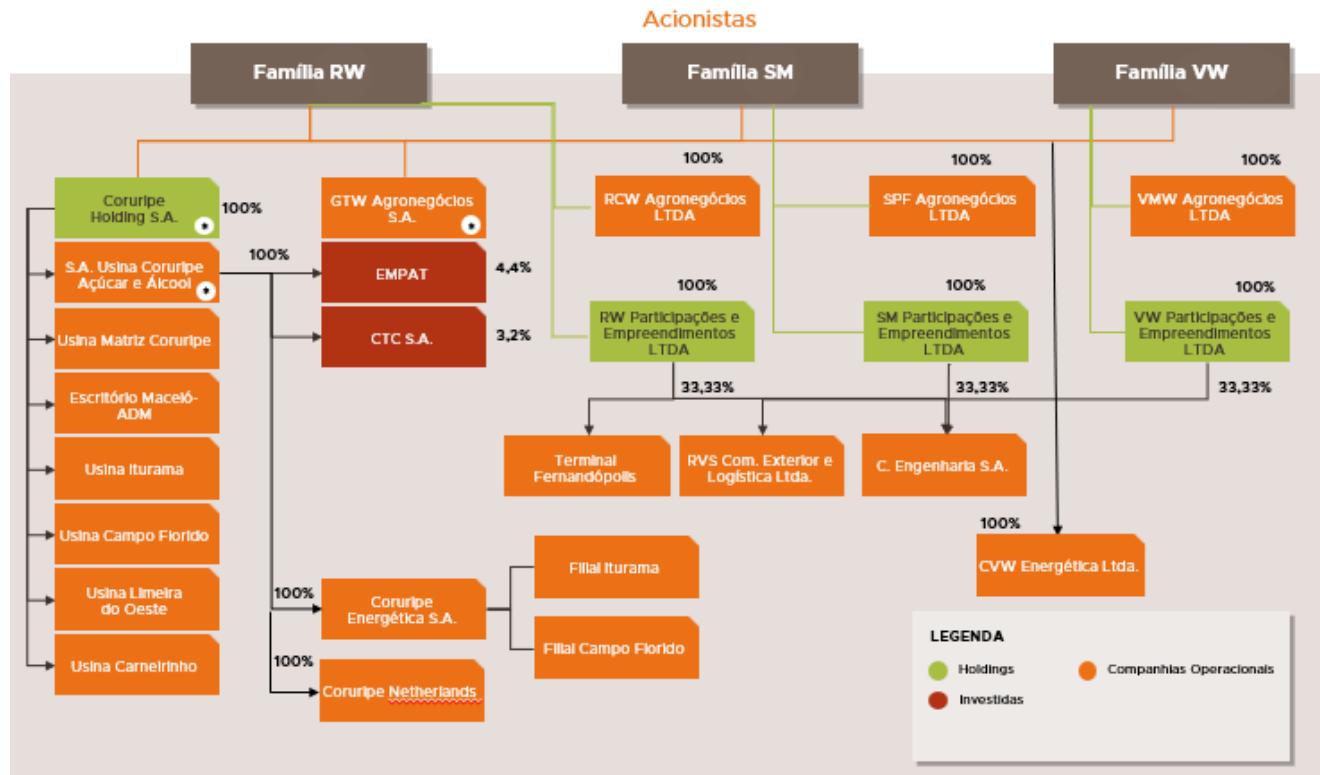


Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

das três holdings familiares que atuam juntas conforme o Acordo de Acionistas e que possuem o controle conjunto da Coruripe Holding S.A.

O organograma societário do Grupo Tércio Wanderley, ao qual a Companhia pertence, está assim demonstrado:

ESTRUTURA GRUPO TÉRCIO WANDERLEY



Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração total paga aos administradores (que inclui os conselheiros e diretores) totalizou R\$ 5.728 e R\$ 5.252 nos períodos findos em 30 de setembro de 2025 e de 2024, respectivamente.

A Companhia possui os seguintes saldos mantidos com partes relacionadas:

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Relacionamento	Nota	30 de setembro	Controladora	30 de setembro	Consolidado
			de 2025	31 de março de 2025	de 2025	31 de março de 2025
Ativo						
Circulante						
Mútuo						
Coruripe Energética S.A.	Controlada	(a)	3.977	21.115		
CVW Energética Ltda.	Sob controle comum	(a)	28.017	27.415	28.017	27.415
GTW Agronegócios S.A.	Sob controle comum		120		120	
Adiantamento a fornecedores						
GTW Agronegócios S.A.	Sob controle comum	(b)	11.175	11.175	11.175	11.175
			43.289	59.705	39.312	38.590
Não circulante						
Adiantamento a fornecedores						
GTW Agronegócios S.A.	Sob controle comum	(b)	19.675	19.675	19.675	19.675
Mútuo						
Coruripe Netherlands B.V.	Controlada	(a)	29.937	22.593		
			49.612	42.268	19.675	19.675
Total do ativo			92.901	101.973	58.987	58.265
Passivo						
Circulante						
Fornecedores						
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira	Coligada		1.069	72	1.069	72
V.M.W. Agronegócios Ltda.	Sob controle comum	(b)	1.490	4.431	1.490	4.431
S.P.F. Agronegócios Ltda.	Sob controle comum	(b)	1.490	4.431	1.490	4.431
R.C.W. Agronegócios Ltda.	Sob controle comum	(b)	1.490	4.829	1.490	4.829
Arrendamentos a pagar						
GTW Agronegócios S.A.	Sob controle comum	(b)	12.802	13.221	12.802	13.221
			18.341	26.984	18.341	26.984
Não circulante						
Arrendamentos a pagar						
GTW Agronegócios S.A.	Sob controle comum	(b)	166.883	167.032	166.883	167.032
Empréstimos e financiamentos						
Coruripe Netherlands B.V.	Controlada	(d)	85.662	99.951	166.883	167.032
			252.545	266.983	166.883	167.032
Total do passivo			270.886	293.967	185.224	194.016

As transações com partes relacionadas foram realizadas de acordo com condições negociadas entre as partes em 30 de setembro de 2025 e 2024, conforme segue:

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Relacionamento	Nota	Controladora		Consolidado	
			2025	2024	2025	2024
Receita						
Coruripe Energética S.A.	Controlada	(c)	622	456		
			622	456		
Custo						
Coruripe Energética S.A.	Controlada	(c)	(4.635)	(5.650)		
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira	Coligada		(1.726)	(618)	(1.726)	(618)
V.M.W. Agronegócios Ltda.	Sob controle comum	(b)	(1.490)	(3.723)	(1.490)	(3.723)
S.P.F. Agronegócios Ltda.	Sob controle comum	(b)	(1.490)	(3.723)	(1.490)	(3.723)
R.C.W. Agronegócios Ltda.	Sob controle comum	(b)	(1.490)	(3.723)	(1.490)	(3.723)
			(10.831)	(17.437)	(6.196)	(11.787)
Outras receitas operacionais						
Coruripe Energética S.A.	Controlada	(c)	5.095	6.675		
			5.095	6.675		
Receitas financeiras						
Coruripe Energética S.A.	Controlada	(a)	1.020	723		
CVW Energética Ltda	Sob controle comum	(a)		1.305		1.305
			1.020	2.028		1.305
Despesas financeiras						
GTW Agronegócios S.A.	Sob controle comum	(b)	(11.598)	(10.977)	(11.598)	(10.977)
Coruripe Netherlands B.V.	Controlada	(d)	(4.900)	(83.495)		
			(16.498)	(94.472)	(11.598)	(10.977)
Dividendos distribuídos						
Coruripe Holding S.A.	Controladora		(5.670)	(12.029)	(5.670)	(12.029)
			(5.670)	(12.029)	(5.670)	(12.029)

(a) A Companhia possui contratos firmados com partes relacionadas, sendo:

- CVW Energética Ltda e Coruripe Energética S.A.: trata-se de mútuo e teve início em janeiro de 2021 com taxa de juros de CDI (Certificado de Depósito Interbancário) mais 5,5% e 7,7% a.a., respectivamente. A partir de abril de 2025, o contrato de mútuo foi aditivado e a taxa de juros reduzida para a variação do CDI; e
 - Coruripe Netherlands B.V.: trata-se de mútuo sem incidência de juros que terá liquidação dentro dos contratos de PPE da Usina Coruripe *versus* Coruripe Netherlands B.V.
- (b) Esses saldos referem-se aos 31 contratos de parceria de cana firmados com GTW Agronegócios S.A. e pessoas físicas do Grupo Tércio Wanderley, em 28 de setembro de 2009, com vigência de até 37 anos, podendo ser prorrogados por mútuo acordo entre as partes. Os preços são apurados entre as partes e reajustados anualmente de acordo com a variação dos índices Açúcar Total Recuperável - ATR, elaborado pela Companhia com base na metodologia do Conselho dos Produtores de Cana, Açúcar e Álcool - CONSECANA.

Os contratos de arrendamento das terras localizadas no Estado de Alagoas com a GTW Agronegócios S.A. foram rescindidos com data base de 30 de dezembro de 2023. Os contratos de arrendamento foram substituídos por três novos contratos de parceria pura, que ocorre mediante uma participação real do parceiro na produção (fora do escopo do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2024, as condições de preço e prazos dos contratos foram mantidas em conformidade com o anterior.

Os contratos de arrendamento das terras de Minas Gerais continuaram no escopo do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, os saldos de passivo de curto e longo prazo mais os juros sobre o resultado desses contratos estão apresentados nas tabelas acima.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) A Companhia possui contrato de compra e venda firmado para a venda de bagaço de cana-de-açúcar “in natura” e compra de vapor da Coruripe Energética S.A., vigente até 31 de março de 2029. Os preços foram determinados entre as partes e são reajustados anualmente de acordo com a variação do IGP-M acumulada do exercício.
- (d) Em 7 de fevereiro de 2022, a Companhia especificou mediante sua controlada Coruripe Netherlands BV, o montante de US\$ 300 milhões em uma operação “05 Non-Call 3 Senior Secured Bond”, formato ^44A/Regs. Como resultado dessa operação, a Coruripe Netherlands liquidou dívidas em dólar da Companhia com bancos sindicalizados mediante a cessão dos direitos de contratos de PPE (pré-pagamentos de exportação) desses bancos para a Coruripe Netherlands. Adicionalmente, foram constituídos novos contratos de PPE entre a Companhia e a Coruripe Netherlands, transferindo o restante dos recursos captados na operação do Bond para o caixa da Companhia, com juros de 10,05% ao ano. Os recursos foram utilizados para o pagamento de dívidas em reais com os demais bancos do mesmo sindicato, bem como para a manutenção do fluxo de caixa operacional na Companhia.

Em 30 de janeiro de 2025, houve o pré-pagamento de aproximadamente US\$ 281.200 (93,7% da operação), conforme descrito na Nota 17.

O fluxo de pagamentos dos contratos de PPE firmados entre a Companhia e a sua controlada (parcialmente liquidados) é idêntico ao fluxo de pagamentos da operação original.

Adicionalmente, a Companhia possui contrato de cessão gratuita de alguns bens móveis e áreas de sua planta industrial. Na unidade de Iturama, o comodato permanecerá em vigor até 2032 e na unidade de Campo Florido permanecerá em vigor até dezembro de 2037. Esses bens e áreas são utilizados como instalações pela controlada Coruripe Energética para execução de seu negócio de geração de energia elétrica renovável.

11. Investimentos

Os saldos de investimentos da Controladora e do Consolidado são apresentados como segue:

Empresa	Percentual de participação	Patrimônio líquido da investida		Valor contábil do investimento		Controladora	
		30 de setembro de 2025	31 de março de 2025	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025	Resultado de participação societária 30 de setembro de 2025	30 de setembro de 2024
Coruripe Energética S.A. (i)	100,00%	56.547	44.683	56.547	44.683	18.047	20.527
Coruripe Netherland B.V. (ii)	100,00%	(28.158)	(31.439)	(28.158)	(31.439)	1.295	2.026
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	3,16%	1.230.692	1.125.891	38.898	35.586	3.312	2.713
EMPAT - Empresa Alagoana de Terminais Ltda.	4,40%	22.000	32.751	968	1.441	(473)	(52)
		1.281.081	1.171.886	68.255	50.271	22.181	25.214

Empresa	Percentual de participação	Patrimônio líquido da investida		Valor contábil do investimento		Consolidado	
		30 de setembro de 2025	31 de março de 2025	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025	Resultado de participação societária 30 de setembro de 2025	30 de setembro de 2024
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	3,16%	1.230.692	1.125.891	38.898	35.586	3.312	2.713
EMPAT - Empresa Alagoana de Terminais Ltda.	4,40%	22.000	32.751	968	1.441	(473)	(52)
		1.252.692	1.158.642	39.866	37.027	2.839	2.661

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação dos investimentos durante o período foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	30 de setembro de 2024	30 de setembro de 2025	30 de setembro de 2024
Saldo no início do período	50.271	41.111	37.025	32.193
Resultado de equivalência patrimonial	22.181	25.214	2.839	2.661
Dividendos propostos	(6.320)			
Demais reflexos de investimentos	2.123	(363)	2	
Saldo no final do período	68.255	65.962	39.866	34.854

A participação no CTC e EMPAT são contabilizados aplicando o método da equivalência patrimonial de acordo com o CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, uma vez que a Companhia possui influência significativa na administração das referidas investidas. Os administradores da Companhia mantêm um conselheiro no Conselho de Administração dessas investidas com o poder de participar das decisões financeiras e operacionais, mas sem controlar. Esse julgamento tem sido aplicado de forma consistente nos períodos apresentados.

A Companhia também possui controle da Usina Corurema Ltda., com participação direta de 50% e indireta de 50%, por meio da Coruripe Energética S.A.

Essa controlada é uma entidade pré-operacional e teve seus projetos suspensos por tempo indeterminado e suas atividades paralisadas, sem apresentar saldos relevantes ou movimentações nos períodos apresentados.

Pelas razões descritas acima, a diretoria da Companhia optou por manter o registro dos investimentos ao valor contábil zero e não proceder com a consolidação desses investimentos.

Informações da controlada: Coruripe Energética S.A

Balanço patrimonial em:

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025		30 de setembro de 2025	31 de março de 2025
Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	53.485	50.073	Fornecedores	301	841
Contas a receber de clientes	8.310	2.539	Empréstimos e financiamentos	144	145
Estoques	338	353	Salários e encargos sociais	184	134
Tributos a recuperar	194	177	Tributos a recolher	2.436	1.168
Outros créditos	3	1	Partes relacionadas	3.977	21.115
			Dividendos propostos	6.320	6.320
			Outras obrigações	1.035	7
Total do ativo circulante	62.330	53.143	Total do passivo circulante	14.397	29.730
Não circulante			Não circulante		
Imobilizado	14.872	21.406	Empréstimos e financiamentos	6.258	6.318
Total do ativo não circulante	14.872	21.406	Total do passivo não circulante	6.258	6.318
			Total do passivo	20.655	36.048
			Patrimônio Líquido		
			Capital social	11.211	11.211
			Reservas de lucros	27.290	27.290
			Lucros acumulados	18.046	
			Total do patrimônio líquido	56.547	38.501
Total do ativo	77.202	74.549	Total do passivo e do patrimônio líquido	77.202	74.549

Demonstração do resultado dos períodos de três e seis meses findos em:

	30 de setembro 2025		30 de setembro 2024	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receita operacional líquida	24.734	42.103	21.576	38.969
Custo de geração de energia elétrica e vapor	(10.455)	(21.135)	(8.604)	(15.816)
Lucro bruto	14.279	20.968	12.972	23.153
Despesas gerais e administrativas	(17)	(109)	(19)	(36)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	8	(12)	3	2
Lucro operacional	14.270	20.847	12.956	23.119
Receitas financeiras	226	347	38	39
Despesas financeiras	(496)	(1.662)	(910)	(1.343)
Resultado financeiro	(270)	(1.315)	(872)	(1.304)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	14.000	19.532	12.084	21.815
Imposto de renda e contribuição social	(879)	(1.486)	(584)	(1.288)
Lucro líquido do período	13.121	18.046	11.500	20.527
Lucro básico e diluído por ação - em R\$	431	592	377	674

Informações da controlada: Coruripe Netherlands B.V.

Balanço patrimonial em:

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025		30 de setembro de 2025	31 de março de 2025
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.798	2.018	Fornecedores		
Aplicações financeiras		5.750			
Outros direitos	116	497			
Total do ativo circulante	1.914	8.265	Total do passivo circulante	134	775
Não circulante			Passivo não circulante		
Partes relacionadas	85.662	99.951	Empréstimos e financiamentos	85.662	99.951
Total do ativo não circulante	85.662	99.951	Partes relacionadas	29.937	38.354
			Tributos a recolher	1	575
			Total do passivo não circulante	115.600	138.880
			Total do passivo	115.734	139.655
			Patrimônio líquido		
			Prejuízos acumulados	(28.158)	(31.439)
			Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(28.158)	(31.439)
Total do ativo	87.576	108.216	Total do passivo e do patrimônio líquido	87.576	108.216

Demonstração do resultado dos períodos de três e seis meses findos em:

	30 de setembro 2025		30 de setembro 2024	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Despesas gerais e administrativas	(303)	(400)	(135)	(194)
Prejuízo operacional	(303)	(400)	(135)	(194)
Receitas financeiras	2.286	6.300	41.536	84.303
Despesas financeiras	(2.097)	(4.396)	(39.977)	(82.083)
Resultado financeiro	189	1.904	1.559	2.220
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(114)	1.504	1.424	2.026
Imposto de renda	(209)	(209)		
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(323)	1.295	1.424	2.026

12. Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem ao cultivo de lavouras de cana-de-açúcar, que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol na próxima safra. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas.

A Companhia e o Grupo possuem lavouras de cana-de-açúcar, cultivadas nos estados de Minas Gerais e Alagoas. O cultivo de cana-de-açúcar é considerado uma atividade semi perene iniciada pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros. O primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz (soqueira) continua no solo. A soqueira (planta portadora) devidamente tratada cresce novamente e sua produção é considerada economicamente viável, em média, entre seis e sete cortes.

O valor justo da cana-de-açúcar no momento da colheita é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas na sistemática do CONSECANA-SP (Conselho dos Produtores de Cana de açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo) acumulado do respectivo mês e apurado pela performance de preço dos produtos da Companhia para as unidades de Minas Gerais. Já na unidade de Coruripe a apuração é pela performance do preço do Sindaçúcar-AL. O valor justo da cana-de-açúcar colhida passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As áreas cultivadas representam apenas a cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram e a planta portadora.

A mensuração a valor justo dos ativos biológicos está classificada como nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparadas por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço do mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e etanol; e
- Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com Colheita/Corte, Carregamento e Transporte (CCT); (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo através do fluxo de caixa descontado:

	Controladora e Consolidado			
	30 de setembro de 2025		31 de março de 2025	
	Nordeste	Sudeste	Nordeste	Sudeste
Área estimada de colheita (em hectares)	25.979	83.381	25.979	78.170
Produtividade prevista (em toneladas de cana por hectare)	75,40	75,15	75,40	80,38
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg) - Parceria	134,00	136,00	134,00	136,50
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg) - Arrendamento	114,09	125,81	114,09	125,81
Preço do Kg de ATR médio projetado (R\$/kg)	1,4714	1,2531	1,4644	1,2531

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa futuros a serem gerados e traz os correspondentes fluxos descontados a valor presente, considerando uma taxa de desconto de 13,76% a.a. (31 de março de 2025 – 13,76% a.a.), compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a subconta “Variação no valor justo dos ativos biológicos”, na rubrica “Custo dos produtos vendidos” no resultado do período.

A movimentação dos ativos biológicos (cana-de-açúcar) encontra-se detalhada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial em 31 de março	630.088	628.796
Aumento decorrente de tratos culturais	197.689	173.142
Redução decorrente da colheita	(316.146)	(289.100)
Realização da mais valia de períodos anteriores	(48.361)	(54.815)
Redução decorrente da venda de lavouras	(1.701)	(990)
Aumento decorrente da aquisição de lavouras	81	192
Depreciação de lavouras (Nota 13)	134.714	126.566
Variação no valor justo	1.177	1.337
Saldo final em 30 de setembro	597.541	585.128

A variação no valor justo dos ativos biológicos é registrada em contrapartida do custo dos produtos vendidos, vide Nota 24.

Sensibilidade do valor justo

Para fins de análise de sensibilidade, a Companhia avaliou o impacto do cálculo do valor justo do ativo biológico em 30 de setembro de 2025, considerando o aumento/redução nas seguintes premissas: (i) preço da tonedada de cana de açúcar; e (ii) produtividade da lavoura. As demais premissas foram mantidas constantes. Segue análise de sensibilidade considerando três cenários de variação para mais ou para menos.

Variações:	Unidade	Tipo	Controladora e Consolidado		
			2,50%	5,00%	7,50%
Preço	Mil R\$	(+/-)	25.066	50.132	75.198
Volume	Mil R\$	(+/-)	19.748	39.496	59.244

13. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, custo atribuído (*deemed cost*), deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

Quando da adoção inicial dos CPCs, a Companhia fez uso do dispositivo previsto no CPC 27 e seguindo orientação da Interpretação “ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43”, avaliou suas edificações, máquinas e equipamentos para atribuir um novo custo (*deemed cost*). Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear, em que para os equipamentos de produção é utilizado o método de depreciação acelerada, respeitando o período de moagem.

A Companhia e o Grupo realizam as principais atividades de manutenção programadas em suas unidades industriais em bases anuais. Isso ocorre nos períodos de entressafra descritos na Nota 1 com o objetivo de inspecionar e substituir componentes do ativo imobilizado. Os gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil-econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

O imobilizado é revisto anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Composição dos saldos

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxas médias de depreciação	30 de setembro de 2025			31 de março de 2025		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Aeronaves	10%	2.026	(2.026)	0	2.026	(2.026)	0
Edificações e benfeitorias	4%	422.049	(199.572)	222.477	402.483	(192.799)	209.684
Móveis e utensílios	8%	32.330	(17.333)	14.997	28.191	(16.252)	11.939
Máquinas e equipamentos	5%	2.778.339	(1.980.952)	797.387	2.557.911	(1.827.168)	730.743
Instalações	4%	478.424	(213.905)	264.519	458.131	(203.017)	255.114
Implementos agrícolas	7%	915.564	(757.300)	158.264	844.937	(675.557)	169.380
Veículos	20%	84.156	(70.107)	14.049	88.061	(72.208)	15.853
Equipamentos de informática	10%	16.891	(8.034)	8.857	16.160	(7.365)	8.795
Imobilizado em andamento		216.638		216.638	271.306		271.306
Terrenos e propriedades		30.717		30.717	30.263		30.263
Direito de uso lavoura formação CPC 06		32.479		32.479	35.859		35.859
Lavoura de cana	14,3%	1.650.334	(799.598)	850.736	1.470.852	(671.707)	799.145
		6.659.947	(4.048.827)	2.611.120	6.206.180	(3.668.099)	2.538.081

	Taxas médias de depreciação	30 de setembro de 2025			31 de março de 2025		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Aeronaves	10%	2.026	(2.026)	0	2.026	(2.026)	0
Edificações e benfeitorias	4%	423.809	(200.720)	223.089	404.243	(193.922)	210.321
Móveis e utensílios	8%	32.369	(17.354)	15.015	28.229	(16.271)	11.958
Máquinas e equipamentos	5%	2.867.464	(2.059.399)	808.065	2.643.488	(1.898.247)	745.241
Instalações	4%	481.695	(215.514)	266.181	461.024	(204.535)	256.489
Implementos agrícolas	7%	915.564	(757.300)	158.264	844.937	(675.557)	169.380
Veículos	20%	84.156	(70.107)	14.049	88.061	(72.208)	15.853
Equipamentos de informática	10%	16.891	(8.034)	8.857	16.160	(7.365)	8.795
Imobilizado em andamento		218.540		218.540	276.183		276.183
Terrenos e propriedades		30.717		30.717	30.263		30.263
Direito de uso lavoura formação CPC 06		32.479		32.479	35.859		35.859
Lavoura de cana	14,3%	1.650.334	(799.598)	850.736	1.470.852	(671.707)	799.145
		6.756.044	(4.130.052)	2.625.992	6.301.325	(3.741.838)	2.559.487

Movimentação dos saldos

	31 de março de 2025	Controladora				
		Adições	Baixas	Depreciação	Reclassificações	Transferências
Edificações e benfeitorias	209.684	2.430	(6.773)			17.136
Móveis e utensílios	11.939	1.431	(235)	(1.081)		2.943
Máquinas e equipamentos	730.743	128.380	(2.711)	(153.784)		94.759
Instalações	255.114	6.476		(10.888)		13.817
Implementos agrícolas	169.380	69.633	(53)	(81.743)		1.047
Veículos	15.853	494	(4.767)	2.101		368
Equipamentos de informática	8.795	211	(5)	(669)		525
Imobilizado em andamento	271.306	76.469	(315)			(130.822)
Terrenos e propriedades	30.263	227				227
Direito de uso lavoura formação CPC 06	35.859				(3.380)	32.479
Lavoura de cana	799.145	175.762	(4.964)	(128.103)	8.896	850.736
	2.538.081	461.513	(13.050)	(380.940)	5.516	2.611.120

	31 de março de 2025	Consolidado				
		Adições	Baixas	Depreciação	Reclassificações	Transferências
Edificações e benfeitorias	210.321	2.428	(6.797)			17.137
Móveis e utensílios	11.958	1.431	(235)	(1.082)		2.943
Máquinas e equipamentos	745.241	128.525	(2.711)	(161.153)		98.163
Instalações	256.489	6.746		(10.979)		13.925
Implementos agrícolas	169.380	69.633	(53)	(81.743)		1.047
Veículos	15.853	494	(4.767)	2.101		368
Equipamentos de informática	8.795	211	(5)	(668)		524
Imobilizado em andamento	276.183	77.006	(315)			(134.334)
Terrenos e propriedades	30.263	227				227
Direito de uso lavoura formação CPC 06	35.859				(3.380)	32.479
Lavoura de cana	799.145	175.762	(4.964)	(128.103)	8.896	850.736
	2.559.487	462.463	(13.050)	(388.424)	5.516	2.625.992

Adições de imobilizado que não afetaram fluxos de caixa

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- (i) Em 30 de setembro de 2025, na Controladora e no Consolidado, o imobilizado em andamento considera efeitos de capitalização de juros de empréstimos no montante de R\$ 11.849, considerando uma taxa média de capitalização de 18,72% a.a. (30 de setembro de 2024 - R\$ 11.494 com taxa média de 15,48% a.a.) sobre a expansão da indústria em Campo Florido/MG e obras na unidade de Coruripe/AL.
- (ii) Em 30 de setembro de 2025, na Controladora e no Consolidado, as lavouras de cana em formação consideram efeitos de R\$ 3.712 (30 de setembro de 2024 – R\$ 6.119) relacionados a apropriação da depreciação do direito de uso de terras e da capitalização de juros dos passivos de arrendamento, calculada com base em uma taxa média anual que varia de 10,70% a 17,14% (30 de setembro de 2024 – 10,70% a 17,84%) de acordo com o prazo de vigência de cada contrato, considerando a taxa incremental de captação na data de início dos contratos.

Garantias

Em 30 de setembro de 2025, itens do imobilizado no montante de R\$ 663.525 (31 de março de 2025 - R\$ 668.259), encontram-se gravados em garantia dos credores, em operações de empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia.

Imobilizado em andamento

Refere-se, substancialmente, a investimentos em expansão da capacidade de moagem na unidade de Campo Florido, e investimentos em andamento com a recuperação do sinistro ocorrido em dezembro de 2024 nos tanques de estocagem de etanol da unidade de Campo Florido. Ambos os investimentos com apropriação prevista para dezembro de 2025.

Em Iturama, há investimento em gotejo e captação de água bruta na região Cachoeirinha, com conclusão prevista para dezembro de 2025.

Custo atribuído

Refere-se à adoção do custo atribuído a determinadas classes de ativos imobilizados, devidamente suportados por laudo de avaliação patrimonial elaborado por empresa especializada, nos termos do ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento. Os efeitos contábeis da adoção do custo atribuído pela Companhia em 1º de abril de 2010 estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	Custo histórico	Mais valia	Custo atribuído
Edificações e outros imóveis	165.043	31.521	196.564
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	420.423	475.409	895.832
	585.466	506.930	1.092.396

O saldo remanescente da mais valia incluída no ativo imobilizado (custo atribuído reduzido da depreciação acumulada), os efeitos de imposto de renda e contribuição social diferidos e o ajuste de avaliação patrimonial relacionados ao custo atribuído estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025
Mais valia incluída no imobilizado	51.944	57.130
(-) Imposto de renda e contribuição social diferidos	(17.661)	(19.424)
Ajuste de avaliação patrimonial	34.283	37.706

14. Intangível

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Softwares		
Saldo inicial em 31 de março	7.757	6.648
Custo	16.092	12.824
Amortização acumulada	(8.335)	(6.176)
Valor residual	7.757	6.648
Adições	315	544
Amortização	(1.279)	(968)
Em 30 de setembro	6.793	6.224
Custo	16.407	13.368
Amortização acumulada	(9.614)	(7.144)
Valor residual	6.793	6.224
Taxa média de amortização anual	20%	20%

15. Direito de uso, arrendamentos a pagar e parcerias agrícolas a pagar

As movimentações dos ativos de direito de uso foram as seguintes, para a Controladora e Consolidado:

	Controladora e Consolidado			
	Veículos, máquinas e equipamentos	Parcerias agrícolas	Arrendamentos agrícolas	Ativos de direito de uso
Saldo em 1º de abril de 2024	144.386	836.009	360.745	1.341.140
Remensuração		11.519	4.253	15.772
Adições de contratos, líquidas	50.795	83.064	22.615	156.474
Depreciação	(19.770)	(86.365)	(20.753)	(126.888)
Saldo em 30 de setembro de 2024	175.411	844.227	366.860	1.386.498
Saldo em 1º de abril de 2025	177.308	950.242	392.758	1.520.308
Remensuração	22	(84)	(4.004)	(4.066)
Adições de contratos, líquidas		100.479	13.463	113.942
Depreciação	(22.825)	(72.369)	(23.351)	(118.545)
Saldo em 30 de setembro de 2025	154.505	978.268	378.866	1.511.639
Vigências dos contratos (anos)	1 a 6	2 a 18	5 a 37	

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As movimentações dos passivos de arrendamentos e parcerias agrícolas foram as seguintes:

	Controladora e Consolidado		
	Arrendamentos a pagar	Parcerias agrícolas	Total
Saldo em 1º de abril de 2024	563.574	796.564	1.360.138
Pagamentos	(66.670)	(151.533)	(218.203)
Adições de contratos, líquidas	73.234	67.730	140.964
Remensuração	4.253	11.520	15.773
Apropriação de encargos financeiros	39.736	82.818	122.554
Saldo em 30 de setembro de 2024	614.127	807.099	1.421.226
 Circulante	 (155.690)	 (246.177)	 (401.867)
 Não circulante	 458.437	 560.922	 1.019.359
 Saldo em 1º de abril de 2025	 667.868	 1.060.942	 1.728.810
Pagamentos	(81.224)	(144.429)	(225.653)
Adições de contratos, líquidas	11.742	98.813	110.555
Remensuração	(4.004)	(62)	(4.066)
Apropriação de encargos financeiros	43.284	68.891	112.175
Saldo em 30 de setembro de 2025	637.666	1.084.155	1.721.821
 Circulante	 (99.204)	 (188.898)	 (288.102)
 Não circulante	 538.462	 895.257	 1.433.719

Os saldos estimados de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

Prazo de vencimento	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025
Acima de 1 a 2 anos	166.871	105.075
Acima de 2 a 3 anos	165.893	159.678
Acima de 3 a 4 anos	157.371	166.084
Acima de 4 a 5 anos	122.903	149.083
Acima de 5 a 6 anos	99.212	106.890
Acima de 6 anos	721.469	783.105
	1.433.719	1.469.915

A Companhia utiliza taxas de desconto incrementais com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustados às suas circunstâncias. As taxas de desconto incrementais consideram o escalonamento do prazo do contrato para os *spreads* de financiamento, como segue:

Período do contrato	Taxa incremental
De 1 a 3 anos	7,32% a 18,35%
De 3 a 6 anos	8,26% a 18,07%
De 6 a 9 anos	8,96% a 17,83%
De 9 a 12 anos	9,64% a 17,52%
De 12 a 37 anos	10,77% a 17,42%

Para o polo de Minas Gerais, a remensuração dos ativos de direito de uso e dos passivos de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar é realizada ao final da safra, com base na variação do índice com metodologia do Consecana - SP calculado sobre a comercialização da Companhia, considerando a data-base 31 de março. Para o polo de Alagoas, a remensuração acontece ao final de cada mês, com base no índice do Sind açúcar - AL, considerando as particularidades desses contratos de arrendamento que prevê a liquidação da obrigação pelo índice do mês e não pelo índice acumulado do final de safra.

A Companhia mantém 31 contratos de locação com sua parte relacionada GTW Agronegócios S.A. e pessoas físicas do Grupo Tercio Wanderley, com prazo de até 37 anos (Nota 10 (b)). Esses contratos correspondem a aproximadamente 17 mil hectares de terras localizadas no Estado de Minas Gerais. Os contratos foram reconhecidos como arrendamento mercantil, conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos.

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025
Cana-de-açúcar	405.324	229.755	405.324	229.755
Materiais, serviços e outros	163.735	146.534	164.170	148.150
	569.059	376.289	569.494	377.905
Circulante	(559.985)	(362.678)	(560.420)	(364.294)
Não circulante	9.074	13.611	9.074	13.611

17. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

A posição de empréstimos e financiamentos da Controladora e Consolidado é apresentada como segue:

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Modalidade	Indexador	Taxa de juros a.a. (%)	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025	Controladora	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025	Consolidado
			30 de setembro de 2025	31 de março de 2025	Controladora	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025	Consolidado
Moeda nacional								
CRA - Certificado de Recebíveis do Agronegócio	CDI	3,00 a 9,00	862.817	1.060.127	862.817	1.060.127	862.817	1.060.127
CCB - Cédula de Crédito Bancário	PRÉ / CDI / SELIC	3,00 a 15,42	428.221	372.109	434.623	378.572	434.623	378.572
CPR - Cédula de Produtor Rural	CDI / PRÉ	1,90 a 15,48	852.132	702.600	852.132	702.600	852.132	702.600
FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste	PRÉ / IPCA	3,50 a 14,30	4.890	42.886	4.890	42.886	4.890	42.886
Debêntures	IPCA	10,08	178.570	97.808	178.570	97.808	178.570	97.808
CCE - Cédula de Crédito a Exportação	CDI	2,43 a 5,00	198.163	96.772	198.163	96.772	198.163	96.772
Finame	PRÉ / CDI / IPCA	3,00 a 15,39	79.331	88.281	79.331	88.281	79.331	88.281
CDA - Certificado Depósito Agropecuário	PRÉ	13,35 a 13,65	129.140		129.140		129.140	
Crédito Rural	CDI	4,00	3.335	7.149	3.335	7.149	3.335	7.149
Nota Comercial	PRÉ	15,11	21.354	7.927	21.354	7.927	21.354	7.927
			2.757.953	2.475.659	2.764.355	2.482.122		
Moeda estrangeira (US\$)								
Bonds	PRÉ	10,05	85.662	99.898	85.662	99.898	85.662	99.898
ACC - Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	PRÉ / SOFR	3,50 a 12,00	506.051	626.195	506.051	626.195	506.051	626.195
PPE - Pré-pagamento de Exportação	PRÉ / SOFR	3,00 a 8,75	1.204.731	1.351.180	1.204.731	1.351.180	1.204.731	1.351.180
			1.796.444	2.077.273	1.796.444	2.077.273		
			4.554.397	4.552.932	4.560.799	4.559.395		
Total empréstimos e financiamentos								
Circulante			(1.819.908)	(1.459.636)	(1.820.052)	(1.459.781)		
Não circulante			2.734.489	3.093.296	2.740.747	3.099.614		

Os montantes exigíveis no longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento dos contratos:

Ano	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025
Safra 2026/2027	665.196	1.173.220	671.454	1.179.538
Safra 2027/2028	714.656	624.992	714.656	624.992
Safra 2028/2029	555.965	535.340	555.965	535.340
Safra 2029/2030	424.695	434.061	424.695	434.061
Safra 2030/2031	324.899	325.683	324.899	325.683
Safra 2031/2032 em diante	49.078		49.078	
	2.734.489	3.093.296	2.740.747	3.099.614

As movimentações dos empréstimos e financiamentos para os períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 2024 estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Em 1º de abril	4.552.932	4.070.694	4.559.395	4.079.926
Captações	998.958	79.110	998.958	79.110
Juros e variações cambiais incorridos	164.693	425.890	165.273	426.155
Pagamento de principal	(862.552)	(327.937)	(862.612)	(327.967)
Pagamento de juros	(299.634)	(76.013)	(300.215)	(76.245)
Em 30 de setembro	4.554.397	4.171.744	4.560.799	4.180.979

Garantias

Os referidos empréstimos estão garantidos por aval dos acionistas, alienação fiduciária dos bens financiados, notas promissórias, estoques e contas a receber de exportações.

Cláusulas contratuais restritivas - Covenants

Sob os termos das principais linhas de crédito, o Grupo é obrigado a cumprir com as seguintes cláusulas financeiras:

- Relação da dívida líquida pelo LAJIDA ajustado ≤ 3,0;

- ii. Relação LAJIDA ajustado pela despesa financeira líquida (excluído as perdas ou ganhos com variações cambiais) $\geq 2,5$;
- iii. Liquidez Corrente $\geq 1,0$;
- iv. CAPEX (*Capital Expenditure*) $\leq 1.380.000$; e
- v. Distribuição de dividendos $\leq 25\%$ do lucro líquido apurado.

Os *covenants* são mensurados com base nas demonstrações contábeis consolidadas anuais, excluindo os efeitos do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos, cujo cumprimento das cláusulas é exigido apenas para o encerramento do exercício social. Para o exercício findo em 31 de março de 2025, a Companhia obteve a aprovação antecipada (*waiver*) para o índice de liquidez, do qual não foi atendido na data das demonstrações contábeis, todos os demais índices de *covenants* contratuais foram cumpridos pelo Grupo.

18. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025
Parcelamentos de tributos:				
Parcelamento de ICMS MG	985	1.724	985	1.724
Parcelamento federal	15.760	18.991	15.760	18.991
	16.745	20.715	16.745	20.715
Tributos a recolher:				
IRRF a recolher	3.680	3.435	3.680	3.435
IOF a recolher	5.992	5.786	6.836	6.622
INSS a recolher	7.434	8.325	7.434	8.388
PIS/COFINS a recolher	517	951	1.111	1.054
ICMS a recolher	1.971	2.512	1.971	2.541
Outros impostos e contribuições	1.402	1.247	1.576	1.893
	20.996	22.256	22.608	23.933
Total tributos a recolher	37.741	42.971	39.353	44.648
Circulante	(31.456)	(32.830)	(33.067)	(33.932)
Não circulante	6.285	10.141	6.286	10.716

Os exigíveis a longo prazo classificados por ano de vencimento (parcelamentos fiscais), são como segue:

Ano	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025
Safra 2026/2027	4.160	7.132	4.161	7.707
Safra 2027/2028	1.910	2.003	1.910	2.003
Safra 2028/2029	215	996	215	996
Safra 2029/2030		10		10
	6.285	10.141	6.286	10.716

19. Adiantamentos de clientes

A Companhia recebe adiantamentos de clientes, especialmente de *tradings* que comercializam o açúcar produzido pela Companhia. Esses adiantamentos são passivos de contratos com clientes. Sempre que

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



o açúcar é entregue no armazém contratado pelas *tradings* para o embarque do produto para exportação, a Companhia recebe de 70% a 80% do valor do produto e o saldo remanescente é liquidado após a nomeação do navio ou decorrido um prazo conforme determinado em contrato.

No período de seis meses findo em 30 de setembro de 2025, o valor da receita de R\$ 371.343 refere-se a obrigações contratuais originadas no exercício anterior (Em 30 de setembro de 2024 – R\$ 351.746).

	Controladora e Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025
Tradings açúcar	916.114	1.106.315
Distribuidoras de etanol	81.800	63.041
Comércio de melaço e açúcar cristal	4.777	6.310
Outros	2.120	420
	1.004.811	1.176.086
Circulante	(840.286)	(544.598)
Não circulante	164.525	631.488

Os adiantamentos classificados no passivo não circulante são referentes a contratos de fornecimento de açúcar em reais e em dólar, com taxa de anual média entre 13,43% e 18,50%, cuja liquidação dos juros é realizada de forma financeira.

Os referidos contratos classificados no passivo não circulante têm cronograma de entregas de mercadoria como segue:

Ano	Controladora e Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025
Safra 2026/2027	103.039	325.575
Safra 2027/2028	61.486	305.913
	164.525	631.488

20. Compromissos com contratos de energia

	Controladora e Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025
Energia elétrica	364.053	92.732
	364.053	92.732
Circulante	(55.418)	(87.622)
Não circulante	308.635	5.110

A Companhia mantém contratos de fornecimento de energia elétrica com recebimento antecipado e firmado com a mesma contraparte para o qual mantém contratos de compra de energia com os

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



mesmos volumes e datas de fornecimento. Na avaliação da diretoria esses contratos possuem componentes significativos de financiamentos, com juros que devem ser apropriados ao longo do período de fornecimento. Em 30 de setembro de 2025, as taxas médias de juros efetivos desses contratos são entre 18,55% a.a. e 22,55% a.a. (Em 31 de março de 2025 13,80% a.a. e 20,08% a.a.).

Os compromissos de energia classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento dos contratos:

Ano	Controladora e Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025
Safra 2026/2027	40.214	5.110
Safra 2027/2028	109.454	
Safra 2028/2029	95.377	
Safra 2029/2030	63.590	
	308.635	5.110

As movimentações dos compromissos de energia para os períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 2024 estão apresentadas a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Em 1º de abril	92.732	165.121
Captações	345.014	75.001
Juros incorridos	18.312	9.417
Pagamento de principal	(79.886)	(73.375)
Pagamento de juros	(12.119)	(26.904)
Em 30 de setembro	364.053	149.260

21. Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas quando a Companhia, ou o Grupo, tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações contábeis.

Perdas prováveis

A Companhia, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantém as seguintes provisões para os casos de perdas prováveis:

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Controladora e Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025
Trabalhistas	2.997	3.458
Cíveis	264	200
Tributárias	5.676	5.676
	8.937	9.334

A movimentação das provisões para contingências está assim representada:

	Controladora e Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Em 31 de março de 2024	2.988	4.381	1.303	8.672
Reversões	(463)	(2.880)		(3.343)
Em 30 de setembro de 2024	2.525	1.501	1.303	5.329
Em 31 de março de 2025	3.458	200	5.676	9.334
Constituições	534	64		598
Reversões	(995)			(995)
Em 30 de setembro de 2025	2.997	264	5.676	8.937

Tributárias: refere-se a uma ação em que se exige COFINS referente às competências de 07/1997 a 12/1997.

Cível: refere-se a provisão para honorário de êxito de ações que foram questionadas pela Companhia.

Trabalhistas: substancialmente representadas por reclamações de horas extras e indenização por trabalhos realizados no intervalo entre turnos.

Passivos contingentes

As posições das demandas judiciais que, na opinião dos consultores jurídicos do Grupo, tem a probabilidade de perda menor que provável e precisam ser confirmadas por eventos futuros ainda incertos e que estão fora do controle da Companhia e do Grupo, não foram objeto de provisão contábil. Esses passivos contingentes são representados por ações de natureza tributária, cível e trabalhista, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, avaliados como segue:

	Controladora e Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025
Contingências trabalhistas	2.124	3.300
Contingências cíveis	790	119.543
Contingências tributárias	460.315	432.071
	463.229	554.914

A seguir estão os principais processos que são classificados como passivos contingentes:

Tributárias

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



PIS e COFINS sobre créditos indenizatórios de IAA

Conforme descrito na Nota 9, no período encerrado em 30 de junho de 2024, a Companhia avaliou o impacto de determinados eventos ocorridos recentemente na determinação da probabilidade de haver uma saída de recursos da Companhia para o recolhimento do PIS e COFINS sobre o montante dos créditos indenizatórios de IAA (Nota 9) e concluiu que ela não é mais provável. Consequentemente, a provisão constituída anteriormente foi baixada para o resultado do exercício em atendimento às práticas contábeis aplicáveis (Nota 18).

De acordo com o entendimento da diretoria, suportada pela avaliação de assessores jurídicos independentes, a indenização relacionada aos créditos do IAA deve ser tratada como recomposição do patrimônio da Companhia e não como receitas e, dessa forma, não constituindo base para a tributação pelo PIS e pela COFINS.

Importante destacar que essa avaliação também contemplou o tema do Recurso Repetitivo nº. 1.237, que trata da possibilidade de tributação de receitas similares e pode influenciar a interpretação sobre o entendimento tributário existente no caso de mudança futura na interpretação existente, ou novos posicionamentos do STJ. De qualquer forma, a diretoria manterá o monitoramento do referido tema para a avaliação da existência de alterações que possam indicar um risco de desembolso maior que possível para a Companhia.

Em 30 de setembro de 2025, esse passivo contingente é estimado em R\$ 205.437 (R\$ 170.232 em 31 de março de 2025).

Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS – AD REM

Conforme descrito na Nota 27 (a), no exercício encerrado em 31 de março de 2025, a Usina Coruripe reconheceu créditos tributários de PIS e COFINS com o ICMS na base de cálculo pós-evento do regime especial do “Ad Rem”. O reconhecimento do crédito tributário pela diretoria da Companhia foi respaldado pela avaliação de seus assessores jurídicos, que concluíram não ser provável uma saída de recursos da Companhia para liquidar obrigações relacionadas a este tema. Com base neste contexto, a diretoria da Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos e tributários, permanecerá monitorando para avaliação de qualquer mudança futura nas interpretações existentes, que possam indicar algum risco de desembolso maior que possível para a Companhia.

Em 30 de setembro de 2025, o passivo contingente é estimado em R\$ 36.134 (31 de março de 2025 – R\$ 36.134).

Processo 10410.720364/2017-98

Multa transitória (item 10 do artigo 89 da Lei 8.212/91) por ter compensado INSS a pagar por créditos de PIS e COFINS entre o período de 2014 e 2016, no valor aproximado em 30 de setembro de 2025, de R\$ 172.038 (31 de março de 2025 - R\$ 160.554). Em março de 2017, o valor principal compensado pela Companhia objeto da glosa pelo fisco foi incluído no Programa de Anistia e Refinanciamento Fiscal (TRP).

Sobre o valor principal compensado o fisco aplicou multa excepcional de 150% sobre o débito, alegando má-fé da Companhia na compensação acima. O processo encontra-se em julgamento no Conselho Superior de Recursos Fiscais (CARF), com decisão favorável à Receita Federal em desempate. A

Companhia entrou com uma petição em primeira instância. A diretoria e o consultor jurídico da Companhia acreditam que é improvável que resulte em qualquer perda material.

Em 18 de junho de 2020, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região deu provimento ao recurso da Companhia para cancelar a multa única. Em 26 de junho de 2020, a Companhia foi intimada do inteiro teor do acórdão proferido pela 1ª Turma do TRF5 dando provimento ao recurso de apelação interposto pela empresa para declarar a nulidade integral do lançamento fiscal.

Em 29 de setembro de 2021, foi disponibilizado o acórdão proferido pela 1ª Turma do TRF5 negando provimento aos embargos declaratórios interpostos pela Fazenda Nacional, confirmado a declaração de nulidade integral da autuação fiscal. Em 26 de outubro de 2021, a Fazenda Nacional interpôs novos declaratórios já contrarrazoados.

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia continua no aguardo do trânsito em julgado do acórdão exarado pelo TRF5 na ação anulatória. O processo encontra-se garantido por apólice de seguro.

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 setembro de 2025 é de R\$ 867.567, dividido em 1.400 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas pertencentes à Coruripe Holding S.A. Conforme o artigo 9º do Estatuto Social, o aumento ou redução do capital social da Companhia são de competência da Assembleia Geral dos Acionistas.

b) Ações em tesouraria

Em 30 de setembro de 2025 e 31 de março de 2025, as ações em tesouraria representam R\$ 1.215, divididas em 4,16 ações pertencentes à Coruripe Holding S.A. e estão à disposição dos acionistas. As ações são decorrentes de arredondamento do percentual das ações nominais a cada um dos acionistas e foram colocadas em tesouraria a disposição da assembleia para futura atribuição aos acionistas do Grupo.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Custo atribuído

Conforme divulgado na Nota 13, corresponde a mais valia de custo atribuído de Edificações e dependências e Máquinas e equipamentos. Os valores, que estão registrados líquidos dos efeitos tributários, são realizados com base nas depreciações, baixas ou alienações dos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica “Lucros acumulados”.

Valor justo de hedge accounting

Refere-se aos resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos não realizadas/liquidadas, classificadas como *hedge accounting*. Os valores acumulados são revertidos do patrimônio líquido em etapas, na proporção em que ocorreram os vencimentos e embarques das operações correspondentes, conforme demonstrado na Nota 30 (e).

Os ganhos e perdas acumulados nessa conta são registrados líquido dos efeitos tributários correspondentes.

d) Reserva de lucros

Reserva legal

A Reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social, com a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

Reserva de retenção de lucros

A Companhia reteve o lucro realizado no patrimônio líquido ao limite do capital social com base no Art. 199 da Lei 6.404/1976, que determina que saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não pode ultrapassar o capital social. Parte substancial do lucro retido está sendo destinado aos investimentos na ampliação da capacidade produtiva aperfeiçoamento dos processos e amortização dos passivos com instituições financeiras, fundos e investimentos, CRAs e investidores em geral. Os excessos de lucros estão disponíveis para deliberação da acionista.

Lucros a deliberar

Os lucros acumulados após a constituição das reservas legal e de incentivos fiscais, e dos dividendos mínimos obrigatórios são transferidos para a reserva de lucros a deliberar para destinação da Assembleia Geral.

Em 29 de julho de 2025, em Assembleia Geral Ordinária, a acionista deliberou sobre o resultado de R\$ 520.208 do exercício findo em 31 de março de 2025, aprovando:

- (i) R\$ 25.651 destinados à reserva legal;
- (ii) R\$ 17.699 como dividendos propostos, já distribuídos via adiantamento no período;
- (iii) R\$ 476.858 mantidos em reservas de lucros a deliberar.

Dividendos

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício após deduzidos os prejuízos acumulados, a constituição da reserva legal.

No período de seis meses findo em 30 de setembro de 2025, a Companhia realizou antecipação de dividendos no valor de R\$ 5.670 para a sua Controladora, os quais estão sendo apresentados nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido como redutor de “Lucros a deliberar” e que serão deliberados em assembleia de destinação do resultado do exercício a findar-se em 31 de março de 2026.

23. Receita operacional líquida

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de tributos, devoluções e descontos e, nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, após eliminação das vendas dentro do Grupo.

A Companhia e o Grupo reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros resultarão da transação e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades do Grupo, conforme descrito a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



transação e as especificações de cada venda.

A Companhia e o Grupo comercializam açúcar, etanol, energia elétrica, melaço, bagaço de cana-de-açúcar, vapor, Cbios, sanitizantes entre outros.

A receita com a comercialização da cogeração de energia é reconhecida com base na energia disponível na rede e nas tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou preço de mercado em vigor, conforme aplicável. O cálculo do volume de energia entregue ao comprador ocorre mensalmente. Os clientes ganham o controle da eletricidade a partir do momento em que a consomem.

A receita de vendas de açúcar, etanol e outros é reconhecida quando da: identificação dos contratos com clientes, identificação das obrigações de performance previstas nos contratos, determinação do preço da transação e alocação do preço da transação. Adicionalmente, as vendas de produtos são reconhecidas sempre que ocorre a transferência do controle dos produtos para o cliente. A transferência de controle não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido despachados para o local especificado; (ii) o risco de perda foi transferido para o cliente; (iii) o cliente aceitou os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação foram acordadas, ou a Companhia e o Grupo tem evidência objetiva de que todos os critérios de aceitação foram atendidos.

Reconhecimento da receita dos produtos vendidos pela Companhia e pelo Grupo e, consequentemente, as obrigações de performance são cumpridas em um momento específico, de acordo com o conceito previsto no CPC 47, que geralmente ocorre na entrega física e / ou no cliente aceitação. Nenhum elemento de financiamento é considerado presente nas vendas recebidas antecipadamente ou com prazo de crédito inferior a 30 dias, o que é consistente com a prática de mercado. Portanto, essas vendas não são descontadas a valor presente. Como consequência, o Grupo não ajusta nenhum dos preços de transação pelo valor do dinheiro no tempo.

A Companhia e o Grupo possuem atualmente quatro unidades industriais credenciadas pela ANP (Agência Nacional do Petróleo) no programa RenovaBio de geração de créditos de descarbonização Cbios. As quatro unidades industriais estão habilitadas a gerar em conjunto cerca de 500 mil Cbios por ano e estão devidamente cadastradas na plataforma do Serpro para gerar pré Cbios com a venda de etanol.

A comercialização de Cbios é feita através de leilão na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão). Usualmente, os compradores são as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo Renovabio. A Companhia e o Grupo reconhecem a receita pela venda dos Cbios como receita operacional e os tributos incidentes sobre a venda na linha de dedução da receita bruta.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	30 de setembro de 2025		Controladora	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Açúcar VHP	748.136	1.264.861	647.109	1.157.738
Açúcar cristal	85.793	162.953	122.248	235.013
Etanol anidro combustível	127.027	244.786	162.813	272.041
Etanol hidratado combustível	115.632	217.239	155.562	224.253
Venda de energia – produção	9.146	16.177	12.390	20.115
Melaço	31.884	61.342	32.980	59.655
Receita de prestação de serviços	7.937	9.910	5.112	8.707
Receita de venda Cbios	2.127	2.127	3.157	5.022
Receita de incentivos fiscais (a)	12.942	36.906	17.228	42.747
Outras receitas de vendas	1.132	1.218	312	498
	1.141.756	2.017.519	1.158.911	2.025.789

	30 de setembro de 2025		Consolidado	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Açúcar VHP	748.136	1.264.861	647.109	1.157.738
Açúcar cristal	85.793	162.953	122.248	235.013
Etanol anidro combustível	127.027	244.786	162.813	272.041
Etanol hidratado combustível	115.632	217.239	155.562	224.253
Venda de energia – produção	31.474	53.645	30.507	53.416
Melaço	31.884	61.342	32.980	59.655
Receita de prestação de serviços	7.717	9.477	4.919	8.321
Receita de venda Cbios	2.127	2.127	3.157	5.022
Receita de incentivos fiscais (a)	12.942	36.906	17.228	42.747
Outras receitas de vendas	1.012	1.029	260	446
	1.163.744	2.054.365	1.176.783	2.058.652

- (a) No período findo em 30 de setembro de 2025, o valor de incentivo fiscal reconhecido na Demonstração do resultado do exercício foi de R\$ 36.906 (30 de setembro de 2024 – R\$ 42.747), não sendo reconhecido saldo na reserva de incentivo fiscal pela sua não exclusão da base de cálculo dos tributos sobre o lucro, conforme Lei 14.789/23.

(i) Créditos de impostos sobre as vendas

A Companhia e o Grupo possuem subvenções concedidas pelos Estados de Alagoas e Minas Gerais (Nota 2.6). Essas subvenções referem-se a créditos tributários sobre vendas de ICMS que são registrados como receita de vendas na demonstração do resultado e são calculados da seguinte forma:

- 2,5% sobre as vendas no Estado de Minas Gerais, inclusive exportação;
- 7% sobre as vendas de açúcar cristal dentro do Estado de Alagoas;
- 9% sobre as vendas de açúcar cristal para fora do Estado de Alagoas;
- 6% sobre as exportações de açúcar VHP no Estado de Alagoas; e
- 12% sobre as vendas de etanol hidratado dentro e fora do Estado de Alagoas.

(ii) Tributos sobre as vendas

As receitas de vendas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



seguintes alíquotas básicas:

Programa Integração Social (PIS)

Nas vendas de álcool - pauta de R\$ 23,38 por m³.

Nas vendas de açúcar - alíquota zero - e nas demais receitas 1,65% sobre o faturamento.

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Nas vendas de álcool - pauta de R\$ 107,52 por m³.

Nas vendas de açúcar - alíquota zero - e nas demais receitas 7,60% sobre o faturamento.

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

- a) Nas vendas de açúcar - alíquota zero;
- b) Nas vendas de álcool - não há tributação; e
- c) Nas vendas de melaço - alíquota de 5%.

Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

- (i) Energia elétrica: 12% a 18% para as operações internas no estado de Minas Gerais. Não há incidência de ICMS nas operações interestaduais e nas vendas para concessionárias de energia elétrica a tributação é diferida;
- (ii) Energia elétrica: 17% a 25% para as operações internas no estado de Alagoas. Não há incidência de ICMS nas operações interestaduais e nas vendas para concessionárias de energia elétrica a tributação é diferida: Todos os contratos de venda de energia da Companhia no estado de Alagoas, são interestaduais.
- (iii) Etanol anidro: tributação é diferida nas operações internas e interestaduais nos estados de Minas Gerais e Alagoas.
- (iv) Etanol hidratado: 12% na operação interestadual e de 9% nas operações internas no estado de Alagoas. Para Minas Gerais alíquota de 7% ou 12% nas operações interestaduais; e de 9,29% nas operações internas; e
- (v) Açúcar: Para o estado de Alagoas: 7% a 18% nas operações internas e 12% nas operações interestaduais. Para o estado de Minas Gerais de 7% ou 12% nas operações internas e de 7% a 12% nas operações interestaduais.

Tributação exclusiva

Tributação de 15% de Imposto de Renda sobre Cblos conforme Lei do Agro 13.986/2020 artigo 60. Adicionalmente, a Companhia provisiona 9,25% de PIS e COFINS em decorrência de embates jurídicos.

Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)

Calculado sobre a comercialização da produção rural (receita bruta) da agroindústria, destinada ao mercado interno, à alíquota de 2,85%.

24. Despesas por natureza

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gastos:

	30 de setembro de 2025		Controladora	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Custo dos produtos vendidos				
Pessoal	(95.674)	(140.472)	(114.095)	(154.034)
Matéria-prima	(371.299)	(660.424)	(368.625)	(669.470)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	(2.209)	1.179	(6.049)	1.337
Mão de obra de terceiros e fretes	(20.376)	(35.441)	(26.946)	(41.921)
Combustíveis e lubrificantes	(9.509)	(18.298)	(24.848)	(35.248)
Insu	(24.472)	(45.153)	(39.176)	(56.880)
Materiais de manutenção	(14.232)	(33.627)	(24.048)	(44.022)
Depreciação do direito de uso	(33.130)	(73.373)	(34.168)	(68.617)
Depreciação e amortização (exceto lavouras de cana)	(86.503)	(164.927)	(74.486)	(120.680)
Depreciação de lavouras de cana	(48.931)	(96.685)	(39.300)	(71.737)
Realização da mais valia do ativo biológico de períodos anteriores	(7.847)	(14.508)	(6.573)	(10.963)
Custos de tratos culturais da cana colhida	(76.941)	(150.386)	(54.579)	(111.881)
Energia elétrica - consumo	(495)	(1.159)	(978)	(2.173)
Outros	(14)	(2.317)	(10.033)	(12.862)
	(791.632)	(1.435.591)	(823.904)	(1.399.151)

	30 de setembro de 2025		Controladora	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Despesas com vendas				
Pessoal	(6.479)	(13.062)	(7.671)	(12.919)
Mão de obra de terceiros	(490)	(1.005)	(1.341)	(2.397)
Fretes sobre vendas	(56.640)	(107.183)	(70.701)	(115.082)
Combustíveis e lubrificantes	(930)	(1.705)	(1.159)	(1.519)
Materiais de manutenção	(813)	(1.388)	(737)	(1.186)
Depreciação e amortização	(1.764)	(3.479)	(1.648)	(3.305)
Depreciação direito de uso	(1.338)	(2.675)	(818)	(1.846)
Outros	(1.832)	(3.221)	(2.003)	(4.110)
	(70.286)	(133.718)	(86.078)	(142.364)

	30 de setembro de 2025		Controladora	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Despesas gerais e administrativas				
Pessoal	(29.667)	(60.566)	(33.512)	(66.189)
Mão de obra de terceiros	(17.945)	(33.782)	(9.870)	(32.947)
Locações de veículos e equipamentos administrativos	(2.996)	(5.993)	(1.490)	(2.813)
Combustíveis e lubrificantes	(184)	(462)	(239)	(547)
Materiais de manutenção	(1.376)	(2.368)	(1.515)	(2.463)
Depreciação e amortização	(1.569)	(3.072)	(1.499)	(2.994)
Depreciação direito de uso	(1.148)	(2.255)		
Taxas e licenciamentos	(7.969)	(9.976)	(1.794)	(2.829)
Energia elétrica	(39)	(85)	(38)	(79)
Outros	(2.178)	(3.616)	(8.155)	(13.422)
	(65.071)	(122.175)	(58.112)	(124.283)

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Consolidado			
	30 de setembro de 2025		30 de setembro de 2024	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Custo dos produtos vendidos				
Pessoal	(95.902)	(141.039)	(114.401)	(154.560)
Matéria-prima	(369.351)	(656.629)	(365.583)	(664.637)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	(2.209)	1.179	(6.049)	1.337
Mão de obra de terceiros e fretes	(21.710)	(39.303)	(27.745)	(43.878)
Combustíveis e lubrificantes	(9.509)	(18.298)	(24.848)	(35.248)
Insułmos	(24.572)	(45.153)	(39.176)	(56.880)
Materiais de manutenção	(14.232)	(33.627)	(24.048)	(44.022)
Depreciação do direito de uso	(33.130)	(73.373)	(34.168)	(68.617)
Depreciação e amortização (exceto lavouras de cana)	(90.672)	(172.412)	(76.088)	(123.872)
Depreciação de lavouras de cana	(48.931)	(96.685)	(39.300)	(71.737)
Realização da mais valia do ativo biológico de períodos anteriores	(7.847)	(14.508)	(6.573)	(10.963)
Custos de tratos culturais da cana colhida	(76.941)	(150.386)	(54.579)	(111.881)
Energia elétrica - consumo	(495)	(1.159)	(978)	(2.173)
Outros	(1.244)	(4.981)	(11.231)	(15.055)
	(796.745)	(1.446.374)	(824.767)	(1.402.186)
Despesas gerais e administrativas				
Pessoal	(29.667)	(60.566)	(33.512)	(66.189)
Mão de obra de terceiros	(18.254)	(34.188)	(10.007)	(33.149)
Locações de veículos e equipamentos administrativos	(2.996)	(5.993)	(1.490)	(2.813)
Combustíveis e lubrificantes	(184)	(462)	(239)	(547)
Materiais de manutenção	(1.376)	(2.368)	(1.515)	(2.463)
Depreciação e amortização	(1.569)	(3.072)	(1.499)	(2.994)
Depreciação direito de uso	(1.148)	(2.255)		
Taxas e licenciamentos	(7.969)	(9.976)	(1.794)	(2.829)
Energia elétrica	(39)	(85)	(38)	(79)
Outros	(2.189)	(3.719)	(8.172)	(13.450)
	(65.391)	(122.684)	(58.266)	(124.513)
Despesas com vendas				
Pessoal	(6.479)	(13.062)	(7.671)	(12.919)
Mão de obra de terceiros	(490)	(1.005)	(1.341)	(2.397)
Fretes sobre vendas	(56.640)	(107.183)	(70.701)	(115.082)
Combustíveis e lubrificantes	(930)	(1.705)	(1.159)	(1.519)
Materiais de manutenção	(813)	(1.388)	(737)	(1.186)
Depreciação e amortização	(1.764)	(3.479)	(1.648)	(3.305)
Depreciação direito de uso	(1.338)	(2.675)	(818)	(1.846)
Outros	(1.832)	(3.221)	(2.003)	(4.110)
	(70.286)	(133.718)	(86.078)	(142.364)

25. Receitas e despesas financeiras

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora			
	30 de setembro de 2025		30 de setembro de 2024	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receitas financeiras				
Variações cambiais ativas	112.455	244.712	114.725	159.063
Rendimentos de aplicações financeiras	10.788	26.117	6.575	14.816
Atualizações e recálculo dos créditos IAA 4870	690.591	757.208	63.755	126.584
Receita de juros sobre contrato de mútuo	217	1.020	1.300	2.028
Outras receitas financeiras	157	190	2.289	2.365
	814.208	1.029.247	188.644	304.856
Despesas financeiras				
Variações cambiais passivas	(65.051)	(99.277)	(39.177)	(295.343)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(164.745)	(302.228)	(121.021)	(244.599)
Juros sobre arrendamentos e parcerias agrícolas - CPC 06 (R2)	(55.600)	(110.506)	(54.802)	(118.315)
Juros sobre adiantamentos recebidos	(11.957)	(16.104)	(3.881)	(9.417)
Taxas bancárias e cartórios	(39.312)	(67.289)	(34.277)	(63.960)
Outras despesas financeiras	(3.963)	(6.066)	(1.993)	(7.871)
	(340.628)	(601.470)	(255.151)	(739.505)
Resultado com derivativos				
<i>Instrumentos designados para hedge accounting</i>				
Resultado com derivativos de câmbio - cross-currency swap	(5.401)	(7.234)	(58.310)	86.313
Resultado com derivativos de juros - interest rate swap	(70.793)	(177.081)	(3.430)	(4.701)
Resultado com não derivativos cambiais - dívidas			(4.360)	12.510
<i>Instrumentos não designados para hedge accounting</i>				
Resultado com derivativos de câmbio - cross-currency swap	2.045	1.114	(10.617)	(9.520)
Resultado com derivativos de câmbio - opções / NDF	(67.752)	(132.358)	10.346	(321)
	(141.901)	(315.559)	(66.371)	84.281
Resultado financeiro				
	331.679	112.218	(132.878)	(350.368)

	Consolidado			
	30 de setembro de 2025		30 de setembro de 2024	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receitas financeiras				
Variações cambiais ativas	112.455	244.712	114.725	159.063
Rendimentos de aplicações financeiras	10.974	27.861	7.017	15.663
Atualizações e recálculo dos créditos IAA 4870	690.591	757.208	63.755	126.584
Receita de juros sobre contrato de mútuo			751	1.305
Outras receitas financeiras	181	214	2.289	2.365
	814.201	1.029.995	188.537	304.980
Despesas financeiras				
Variações cambiais passivas	(65.051)	(99.277)	(39.177)	(295.343)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(164.822)	(302.304)	(120.105)	(243.657)
Juros sobre arrendamentos e parcerias agrícolas - CPC 06 (R2)	(55.600)	(110.506)	(54.802)	(118.315)
Juros sobre adiantamentos recebidos	(11.957)	(16.104)	(3.881)	(9.417)
Custo da transação	(39.312)	(67.289)	(34.277)	(63.960)
Outras despesas financeiras	(3.960)	(6.149)	(2.115)	(8.021)
	(340.702)	(601.629)	(254.357)	(738.713)
Resultado com derivativos				
<u>Instrumentos designados para hedge accounting</u>				
Resultado com derivativos de câmbio - cross-currency swap	(5.401)	(7.234)	(58.310)	86.313
Resultado com derivativos de juros - interest rate swap	(70.793)	(177.081)	(3.430)	(4.701)
Resultado com não derivativos cambiais - dívidas			(4.360)	12.510
<u>Instrumentos não designados para hedge accounting</u>				
Resultado com derivativos de câmbio - cross-currency swap	2.045	1.114	(10.617)	(9.520)
Resultado com derivativos de câmbio - opções / NDF	(67.752)	(132.358)	10.346	(321)
	(141.901)	(315.559)	(66.371)	84.281
Resultado financeiro	331.598	112.807	(132.191)	(349.452)

26. Informação por segmento (Consolidado)

A diretoria definiu os segmentos operacionais do Grupo, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo principal tomador de decisão que é o Conselho de Administração. As análises são realizadas segmentando o negócio sob a ótica dos produtos comercializados pelo Grupo, compondo os seguintes segmentos:

- (i) Açúcar
- (ii) Etanol
- (iii) Energia
- (iv) Melaço
- (v) Outros produtos

O segmento de outros produtos está relacionado principalmente à comercialização de cana-de-açúcar, soqueiras e leveduras para outras indústrias e agricultores no curso normal dos negócios do Grupo.

Os resultados financeiros não são imputados aos segmentos, uma vez que este tipo de atividade é gerido de forma consolidada pela tesouraria central do Grupo.

O resultado de equivalência patrimonial das investidas é resultado não segmentado.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos não são alocados aos segmentos, pois esse cálculo é administrado em uma base consolidada e sua alocação por segmento não é relevante para o principal tomador de decisão.

Não há vendas entre os segmentos do Grupo e a receita é reportada para o principal tomador de decisão de forma consistente com a demonstração do resultado. As análises de desempenho dos segmentos operacionais são realizadas com base no resultado operacional por produto, como segue:

	Consolidado						
	30 de setembro de 2025						
	Açúcar	Etanol	Energia	Melão	Outros produtos	Não segmentado	Total
Receita operacional líquida	1.427.814	462.025	53.645	61.342	49.539		2.054.365
Custos dos produtos vendidos	(963.825)	(397.206)	(32.487)	(37.772)	(15.084)		(1.446.374)
Lucro bruto	463.989	64.819	21.158	23.570	34.455		607.991
Despesas com vendas	(92.936)	(30.073)	(3.492)	(3.993)	(3.224)		(133.718)
Despesas gerais e administrativas	(85.267)	(27.592)	(3.204)	(3.663)	(2.958)		(122.684)
Resultado da equivalência patrimonial						2.840	2.840
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas					9.185	(104.896)	(95.711)
Lucro (prejuízo) operacional	285.786	7.154	14.462	15.914	37.458	(102.056)	258.718
Outras despesas não segmentadas						112.807	112.807
Imposto de renda e contribuição social não segmentados						26.278	26.278
Lucro (prejuízo) líquido do período	285.786	7.154	14.462	15.914	37.458	37.029	397.803

	Consolidado						
	30 de Setembro de 2024						
	Açúcar	Etanol	Energia	Melão	Outros produtos	Não segmentado	Total
Receita operacional líquida	1.392.751	496.294	53.416	59.655	56.536		2.058.652
Custos dos produtos vendidos	(948.772)	(392.241)	(17.986)	(29.543)	(13.644)		(1.402.186)
Lucro bruto	443.979	104.053	35.430	30.112	42.892		656.466
Despesas com vendas	(95.155)	(35.135)	(3.783)	(4.223)	(4.068)		(142.364)
Despesas gerais e administrativas	(83.224)	(30.729)	(3.309)	(3.694)	(3.557)		(124.513)
Resultado da equivalência patrimonial						2.661	2.661
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas					161.598	(8.389)	153.209
Lucro (prejuízo) operacional	265.600	38.189	28.338	22.195	196.865	(5.728)	545.459
Outras despesas não segmentadas						(349.452)	(349.452)
Imposto de renda e contribuição social não segmentados						483.835	483.835
Lucro líquido do período	265.600	38.189	28.338	22.195	196.865	128.655	679.842

As Outras despesas operacionais, líquidas classificadas como não segmentadas, referem-se principalmente ao estorno de PIS e COFINS e à provisão para honorários advocatícios calculados sobre o pedido de indenização IAA 4870 (Nota 9 (a)).

O resultado financeiro e os tributos sobre o lucro são apresentados como resultados não segmentados.

No período de seis meses findo em 30 de setembro de 2025, o Grupo possuía dois clientes que representavam 34,0% ou mais das receitas consolidadas (30 de setembro de 2024 – dois clientes representavam 35,0% ou mais das receitas consolidadas). Essas receitas totalizam, aproximadamente R\$ 686.082 e são atribuíveis ao segmento de açúcar (Em 30 de setembro de 2024 - receitas de R\$ 725.524 e são atribuíveis ao segmento de açúcar). Não há clientes em outros segmentos que representem 5% ou mais da receita das vendas totais.

O Grupo tem sede no Brasil, sua receita com clientes no Brasil é de R\$ 1.427.814 (2024 - R\$ 932.183), e o total da receita com clientes no exterior, com base no destino das vendas, é de R\$ 626.551 (2024 - R\$ 665.901) representado pelas vendas de açúcar e etanol, conforme mostrado abaixo:

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					30 de setembro de 2025
	Açúcar	Etanol	Energia	Melaço	Outros produtos	
Brasil	314.849	462.025	53.645	61.342	49.539	941.400
França	153.804					153.804
Inglaterra	370.160					370.160
Suiça	125.050					125.050
Estados Unidos da América	414.752					414.752
Uruguai	49.199					49.199
Total	1.427.814	462.025	53.645	61.342	49.539	2.054.365

	Consolidado					30 de setembro de 2024
	Açúcar	Etanol	Energia	Melaço	Outros produtos	
Brasil	332.388	430.188	53.416	59.655	56.536	932.183
França	328.056					328.056
Inglaterra	44.311	48.941				93.252
Suiça	536.705	17.165				553.870
Estados Unidos da América	151.291					151.291
Total	1.392.751	496.294	53.416	59.655	56.536	2.058.652

As despesas e receitas não caixa que impactam o lucro operacional dos segmentos de negócios são, substancialmente, representadas pela depreciação / amortização e o valor justo dos ativos biológicos representados pelos seguintes valores:

	Consolidado					30 de setembro de 2025
	Açúcar	Etanol	Energia	Melaço	Outros produtos	
Depreciação e amortizações	(224.542)	(104.827)	(6.013)	(11.027)	(7.542)	(353.951)
Valor justo dos ativos biológicos	778	363		38		1.179
Total	(223.764)	(104.464)	(6.013)	(10.989)	(7.542)	(352.772)

	Consolidado					30 de Setembro de 2024
	Açúcar	Etanol	Energia	Melaço	Outros produtos	
Depreciação e amortizações	(153.551)	(96.095)	(5.383)	(7.220)	(10.122)	(272.371)
Valor justo dos ativos biológicos	(6.554)	(4.101)		(308)		(10.963)
Total	(160.105)	(100.196)	(5.383)	(7.528)	(10.122)	(283.334)

Os principais ativos operacionais do Grupo foram segregados por segmento com base nos centros de custo aos quais estão alocados e/ou no critério de rateio que leva em consideração a participação de cada produto em relação à produção total, conforme determinado pelos principais tomadores de decisão do Grupo. Sua apresentação é como segue:

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Açúcar	Etanol	Energia	Melaço	Outros Produtos	Consolidado	
						30 de setembro de 2025	
						Não segmentado	Total
Contas a receber de clientes	77.696	30.076	17.230	24.428		561	149.991
Estoques	448.461	197.205		2.653	132.356		780.675
Adiantamentos a fornecedores	300.010	140.059		14.733			454.802
Ativos biológicos	394.167	184.016		19.358			597.541
Imobilizado	1.523.943	734.223	240.509	48.537	78.780		2.625.992
Intangível	3.942	1.899	622	126	204		6.793
Direito de uso	997.151	465.519		48.969			1.511.639
Total de ativos segmentados	3.745.370	1.752.997	258.361	158.804	211.340	561	6.127.433
Não alocados:							
Caixa e equivalentes de caixa						665.078	665.078
Aplicações financeiras						195.588	195.588
Partes relacionadas						28.137	28.137
Tributos a recuperar						229.661	229.661
Imposto de renda e contribuição social pagos						18.613	18.613
Imposto de renda e contribuição social diferidos						426.056	426.056
Instrumentos financeiros derivativos						87.138	87.138
Outros direitos						5.358.956	5.358.956
Depósitos judiciais						7.727	7.727
Investimentos						39.866	39.866
Total dos ativos não alocados						7.056.820	7.056.820
Total dos ativos conforme balanço patrimonial	3.745.370	1.752.997	258.361	158.804	211.340	7.057.381	13.184.253
	Açúcar	Etanol	Energia	Melaço	Outros Produtos	Consolidado	
						31 de março de 2025	
						Não segmentado	Total
Contas a receber de clientes	90.705	28.577	14.537	7.925		1.091	142.835
Estoques	37.321	24.143		1.590	138.825		201.879
Adiantamentos a fornecedores	285.332	173.113		13.357			471.802
Ativos biológicos	380.851	231.384		17.853			630.088
Imobilizado	1.485.348	715.628	234.418	47.308	76.785		2.559.487
Intangível	4.468	2.716	364	209			7.757
Direito de uso	918.259	558.207		43.842			1.520.308
Total de ativos segmentados	3.202.284	1.733.768	249.319	132.084	215.610		5.534.156
Não alocados:							
Caixa e equivalentes de caixa						1.109.454	1.109.454
Aplicações financeiras						183.234	183.234
Partes relacionadas						27.415	27.415
Tributos a recuperar						248.562	248.562
Imposto de renda e contribuição social pagos						18.572	18.572
Imposto de renda e contribuição social diferidos						446.896	446.896
Outros direitos						4.606.286	4.606.286
Depósitos judiciais						7.604	7.604
Investimentos						37.025	37.025
Total dos ativos não alocados						6.685.048	6.685.048
Total dos ativos conforme balanço patrimonial	3.202.284	1.733.768	249.319	132.084	215.610	6.686.139	12.219.204

O total dos ativos não circulantes está localizado no Brasil, país de domicílio do Grupo. Os valores das adições aos ativos não circulantes, exceto ativos financeiros e impostos diferidos, são representados pelo ativo imobilizado e ativos de direito de uso, e são apropriados aos seguintes segmentos:

	Consolidado	
	30 de setembro de 2025	
	30 de setembro de 2024	
Açúcar	417.988	457.059
Etanol	59.095	87.164
Energia	31.484	9.030
Melaço	18.449	12.696
Outros produtos	10.432	12.323
	537.448	578.272

Os principais tomadores de decisões do Grupo analisam os passivos de forma consolidada, portanto, a informação por segmento relativa aos passivos é analisada pelos tomadores de decisão e não está sendo divulgada.

27. Outras despesas operacionais, líquidas

	30 de setembro de 2025		Controladora	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receita pela venda de sucatas	6.393	11.404	8.596	15.231
Receita de créditos extemporâneos de PIS e Cofins			29.134	29.134
Receita de créditos PIS e COFINS sobre imobilizado	7.420	10.684	8.125	8.941
Receita na venda de ativo imobilizado	229	2.259	1.475	2.060
Baixa do valor residual na venda de ativo imobilizado	(64)	(363)	(933)	(1.518)
Receita pela venda de soqueiras	5.666	10.225	733	3.577
Baixa do valor residual na venda de soqueiras	(2.755)	(6.665)	(4.618)	(6.076)
Outros impostos e parcelamentos de tributos	(1.303)	(2.843)	(11.892)	(13.797)
Provisões com perdas estimadas	(3.148)	(6.632)	(2.432)	(4.151)
PIS e Cofins diferidos sobre créditos IAA 4870 (Nota 9)				158.280
Provisão sobre honorários advocatícios – IAA 4870	(89.160)	(97.538)	(7.651)	(39.069)
Estorno líquido da provisão com indenização securitária	(16.316)	(16.316)		
Outras receitas	3.546	5.181	6.903	7.270
	(89.492)	(90.604)	27.440	159.882

	30 de setembro de 2025		Consolidado	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receita pela venda de sucatas	6.393	11.404	8.596	15.231
Receita de créditos extemporâneos de PIS e Cofins			29.134	29.134
Receita de créditos PIS e COFINS sobre imobilizado	7.420	10.684	8.125	8.941
Receita na venda de ativo imobilizado	229	2.259	(1.369)	2.060
Baixa do valor residual na venda de ativo imobilizado	3.846	(363)	525	(1.518)
Receita pela venda de soqueiras	5.666	10.225	3.577	3.577
Baixa do valor residual na venda de soqueiras	(6.665)	(6.665)	(6.076)	(6.076)
Outros impostos e parcelamentos de tributos	(1.303)	(2.843)	(11.892)	(13.797)
Provisões com perdas estimadas	(3.148)	(6.632)	(2.432)	(4.151)
PIS e Cofins diferidos sobre créditos IAA 4870 (Nota 9)				158.280
Provisão sobre honorários advocatícios – IAA 4870	(89.160)	(97.538)	(7.651)	(39.069)
Estorno líquido da provisão com indenização securitária	(16.316)	(16.316)		
Outras receitas (despesas)	958	74	2.870	597
	(92.080)	(95.711)	23.407	153.209

28. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa acumulada de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis intermediárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A composição dos impostos de renda e contribuição social reconhecidos no balanço patrimonial é a seguinte:

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025
Ativo circulante:				
Antecipações de IRPJ	10.995	10.995	10.995	10.995
Antecipações de CSLL	7.618	7.577	7.618	7.577
	18.613	18.572	18.613	18.572
Passivo circulante:				
IRPJ a pagar			(521)	(127)
CSLL a pagar			(304)	(75)
			(825)	(202)

A composição dos impostos de renda e contribuição social reconhecidos ao resultado em 30 de setembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Controladora			
	30 de setembro de 2025		30 de setembro de 2024	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Diferidos:				
Imposto de renda	27.059	19.731	16.321	151.150
Contribuição social	10.314	8.242	(1.152)	333.973
	37.373	27.973	15.169	485.123
Correntes:				
Imposto de renda	(785)	(1.180)	(378)	(833)
Contribuição social	(303)	(515)	(206)	(455)
	(1.088)	(1.695)	(584)	(1.288)
Diferidos:				
Imposto de renda	27.059	19.731	16.320	151.150
Contribuição social	10.314	8.242	(1.152)	333.973
	37.373	27.973	15.168	485.123
	36.285	26.278	14.584	483.835

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo e passivo

A composição dos impostos de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



		Controladora e Consolidado		
	30 de setembro de 2025	Reconhecido no resultado do período	Reconhecido em outros resultados abrangentes	31 de março de 2025
Ativo:				
Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa	649	(33)		682
Provisão para perdas com adiantamentos a fornecedores	24.465	1.262		23.203
Provisão para perdas de estoques	2.514	321		2.193
Provisão para distribuição de resultado para funcionários e outros	13.097	5.004		8.093
Provisão para contingências	3.039	(135)		3.174
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	248.459			248.459
Instrumentos financeiros derivativos	77.573	39.325	(48.813)	87.061
Provisão para honorários advocatícios – IAA 4870	89.061	2.574		86.487
Arrendamentos e parcerias agrícolas - CPC 06 (R2)	57.182	6.577		50.605
Variação cambial	49.963	(48.610)		98.573
	566.002	6.285	(48.813)	608.530
Passivo:				
Provisão para recebimento indenizatório securitário		8.500		(8.500)
Mais valia do ativo imobilizado (deemed cost)	(17.661)	1.763		(19.424)
Depreciação acelerada incentivada	(26.499)	1.766		(28.265)
Vida útil do imobilizado	(93.497)	(6.383)		(87.114)
Valor justo dos ativos biológicos	(2.289)	16.042		(18.331)
	(139.946)	21.688		(161.634)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, líquidos	426.056	27.973	(48.813)	446.896

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e quando relacionado à mesma autoridade fiscal.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável, aprovadas pela diretoria, incluindo a expectativa de realização das diferenças temporárias, é conforme demonstrada a seguir:

Controladora e Consolidado		
	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025
Safra 2026/2027	27.281	27.281
Safra 2027/2028	39.401	39.401
Safra 2028/2029	46.093	46.093
Safra 2029/2030 em diante	453.227	495.755
	566.002	608.530

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são realizados, substancialmente, em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados que os originaram (depreciação acelerada e custo atribuído). A realização deste passivo é estimada à razão média de 9% ao ano, em função das taxas de depreciação dos ativos imobilizados respectivos.

Conciliação do imposto de renda e contribuição social

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora			
	30 de setembro de 2025		30 de setembro de 2024	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	471.759	369.830	99.903	194.719
Alíquota máxima	34%	34%	34%	34%
	(160.398)	(125.742)	(33.967)	(66.204)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	5.034	7.542	4.938	8.573
Adições e exclusões permanentes, líquidas	964	(2.555)	4.519	(61)
Exclusão das receitas financeiras permanentes - IAA	205.783	226.862	21.825	43.039
Revisão da estimativa de tributação do IAA (i)				625.640
Reversão do PIS e COFINS sobre os créditos do IAA (Nota 21)				53.815
Prejuízos fiscais desreconhecidos (i)	(13.283)	(78.244)	5.227	(187.692)
Prejuízos fiscais do período, não reconhecidos (ii)	(727)	110	12.627	1.935
Outros				6.078
Tributos no resultado	37.373	27.973	15.169	485.123

	Consolidado			
	30 de setembro de 2025		30 de setembro de 2024	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	472.847	371.525	100.488	196.007
Alíquota máxima	34%	34%	34%	34%
	(160.768)	(126.319)	(34.166)	(66.642)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Adições e exclusões permanentes, líquidas	964	(2.555)	4.519	(61)
Exclusão das receitas financeiras permanentes - IAA	205.783	226.862	21.825	43.039
Revisão da estimativa de tributação do IAA (i)				625.640
Reversão do PIS e COFINS sobre os créditos do IAA (Nota 21)				53.815
Prejuízos fiscais desreconhecidos (i)	(13.283)	(78.244)	5.228	(187.692)
Prejuízos fiscais do período, não reconhecidos (ii)	(727)	110	12.626	1.935
Outros				6.078
Ajuste do cálculo de controlada tributada pelo lucro presumido	4.316	6.424	4.552	7.723
Tributos no resultado	36.285	26.278	14.584	483.835

- (i) No primeiro semestre da safra 2024/2025, a Companhia e o Grupo baixou tributos diferidos ativos de imposto de renda e de contribuição social constituídos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 187.692, os quais foram anteriormente constituídos para serem utilizados, nos limites permitidos pela legislação aplicável, quando da eventual tributação dos créditos indenizatórios de IAA, considerando o entendimento atualizado de não tributação das indenizações por danos emergentes.
- (ii) Adicionalmente, a Companhia não reconheceu os tributos diferidos sobre o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social apurados no período de seis meses findo em 30 de setembro de 2025, devido ao fato que a diretoria apenas reconhece os tributos diferidos ativos à medida que há projeção de lucro tributável futuro devidamente aprovada pelo Conselho de Administração. O montante total da base de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal não reconhecido em 30 de setembro de 2025 é de R\$ 230.129 (30 de setembro de 2024 - R\$ 5.691).

Tributos diferidos sobre o IAA

Conforme descrito nas Nota 9 (a), em 30 de junho de 2024, a diretoria da Companhia, com o apoio de seus assessores jurídicos, reverteu a provisão dos tributos diferidos de IRPJ e CSLL calculados sobre o valor contábil dos créditos a receber relacionados às ações ordinárias de indenização do IAA/4870, por entender que com base em análise de eventos ocorridos no início dessa safra, as chances de êxito da Companhia no caso de ser exigida pelo pagamento de IRPJ e CSLL sobre os referidos créditos passam a ser mais prováveis do que improváveis.

Os eventos acima mencionados reforçaram o entendimento já difundido pela diretoria da Companhia, que classifica a indenização do IAA/4870 como dano emergente, bem como confirmaram o posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região ("TRF5"), que é o tribunal de jurisdição das

ações da Companhia, bem como do Superior Tribunal de Justiça ("STJ") também sofre o referido tema, incluindo a não tributação das indenizações caracterizadas como dano emergente.

A classificação dessas indenizações como dano emergente sempre foi objeto de avaliação pela diretoria da Companhia, inclusive encontrando respaldo em jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, que, de maneira semelhante às decisões envolvendo o IAA também já reconheceu que o dano emergente não é passível de tributação, bem como pela avaliação dos documentos relacionados às decisões favoráveis à Companhia, as quais apontam para o reconhecimento de indenização por danos diretos e afastam a natureza de lucros cessantes.

Nesse contexto, a baixa dos tributos diferidos passivos ocorrida no período foi no montante de R\$ 625.640, referente ao montante constituído em 31 de março de 2024, o qual havia sido calculado considerando uma redução de 75% na alíquota do imposto de renda que, juntamente com a contribuição social, resulta em uma alíquota conjunta de 15,25%.

A diretoria da Companhia, juntamente com seus assessores jurídicos, continuará monitorando qualquer alteração relevante no cenário jurídico, e a consequente necessidade de reavaliação dos aspectos tributários relacionados à indenização do IAA.

29. Compromissos e obrigações

A Companhia e o Grupo estabelecem compromissos diversos no curso normal de suas atividades. A seguir estão aqueles que merecem destaque nas presentes demonstrações contábeis intermediárias:

Vendas

A Companhia e o Grupo possuem compromissos futuros de venda de açúcar no mercado externo que serão produzidas e entregues nas próximas safras. Os preços de venda não foram totalmente pré-fixados, portanto a Companhia está sujeita às oscilações de mercado. Em 30 de setembro de 2025, a Companhia e o Grupo possuem cobertura para o restante da safra 2025/2026 e safra 2026/2027 (preços pré-fixados) para USD 389.941 (30 de setembro 2024: USD 558.719) referentes às vendas futuras. A diretoria avaliou esses compromissos e não identificou operações que se caracterizem como contratos onerosos para a Companhia em 30 de setembro de 2025 e de 2024.

As quantidades a seguir estão apresentadas em toneladas (Controladora e Consolidado):

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2025	2024
Quantidades acordadas no início do período	2.925.377	2.642.000
Quantidades contratadas durante o período	130.000	365.000
Quantidades canceladas durante o período	(29.990)	(29.990)
Quantidades embarcadas durante o período	(490.964)	(389.035)
Compromissos futuros - quantidades a embarcar	2.564.413	2.587.975

Vencimentos

Safra 2024/2025	783.975
Safra 2025/2026	596.413
Safra 2026/2027	1.128.000
Safra 2027/2028	840.000
	2.564.413
	2.587.975

A receita desses contratos com clientes será reconhecida no ato da entrega física e/ou aceitação do cliente, com base nos preços já fixados para a safra 2025/2026 e nos preços de mercado para as quantidades não fixadas, e para as safras seguintes com quantidades já comprometidas pela Companhia, a receita estimada é de R\$ 6.632.256. A expectativa da diretoria é que 37% dessas transações serão reconhecidas como receita durante esse exercício societário - safra 2025/2026, 37% em 2026/2027 e 26% até a safra 2027/2028.

Contrato de fornecimento de energia

A Companhia possui contrato firmado com a Eletrobrás (atual ENBPar), no âmbito do Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), para fornecimento de energia elétrica gerada por sua Central Termelétrica de Biomassa, instalada no município de Coruripe (AL), pelo prazo de 20 anos e vigentes a partir de 2 de janeiro de 2006. Esse contrato apresenta valor global de R\$ 159.954, com preços de tarifas corrigíveis. Em 30 de setembro de 2025, o valor de R\$ 6.338 refere-se a este contrato (Em 30 de setembro de 2024 - R\$ 5.280) e a expectativa de receita deste contrato é de R\$ 3.169 para a safra 2025/2026.

Adicionalmente, possui ainda contratos para o fornecimento de energia elétrica das unidades localizadas em Minas Gerais, com os seguintes montantes em quantidade de MWh/ano e receita esperada:

Safra 2025/26 – 71.960 MWh com receita prevista de R\$ 14.372;
 Safra 2026/27 – 300.000 MWh com receita prevista de R\$ 61.954; e
 Safra 2027/28 – 300.000 MWh com receita prevista de R\$ 71.177.

- a. EDP Comercialização e Serviços de Energia Ltda. com fornecimento de 1º de abril de 2025 até 30 de novembro de 2025, um segundo contrato com fornecimento de 1º de abril de 2026 até 30 de novembro de 2026 e um terceiro contrato de 1º de abril de 2027 até 30 de novembro de no valor residual global de R\$36.452;
- b. VITOL ENERGIA, com fornecimento de 1º de abril de 2025 até 30 de novembro de 2025, e um segundo contrato com fornecimento também de 1º de abril de 2025 até 30 de novembro de 2025 e um terceiro contrato de 1º de abril de 2026 até 30 de novembro de 2026, no valor residual global de R\$ 26.979;

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- c. SHELL, com fornecimento de 1º de abril de 2025 até 30 de novembro de 2025, no valor residual de R\$ 2.400;
- d. PACÍFICO ENERGIA, com fornecimento de 1º de abril de 2025 até 30 de novembro de 2025, um segundo contrato de 1º de abril de 2026 até 30 de novembro de 2026, um terceiro contrato com fornecimento também de 1º de abril de 2026 até 30 de novembro de 2026 e um quarto contrato de 1º de abril de 2027 até 30 de novembro de 2027, no valor residual global de R\$ 28.665; e
- e. CZARNIKOW ENERGIA, com fornecimento de 1º de maio de 2026 até 30 de outubro de 2026 e um segundo contrato com fornecimento de 1º de abril de 2027 até 30 de novembro de 2027, no valor global de R\$ 34.463; e
- f. BTG ENERGIA, com fornecimento de 1º de abril de 2027 até 30 de novembro de 2027, no valor global de R\$ 18.544.

Com exceção dos contratos firmados com a Eletrobrás, os demais contratos podem ser performados tanto pelas unidades operacionais da Companhia quanto de sua controlada Coruripe Energética S.A.

Compras

A Companhia e o Grupo possuem diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar de terceiros com a finalidade de garantir parte de sua produção nas safras seguintes. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida foi calculada com base na estimativa da quantidade a ser moída por área. O montante a ser pago pela Companhia e o Grupo será determinado no final de cada safra de acordo com o valor das vendas efetuadas pela Companhia e pelo Grupo e, proporcionalmente, ao volume moído de cana-de-açúcar e ATR de cada compra.

Os compromissos de compra para a safra 2025/2026 e demais safras, em toneladas, são como segue:

<u>Safra</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Safra 2024/2025		7.142.059
Safra 2025/2026	6.533.942	9.522.745
Safra 2026/2027	8.711.922	9.522.745
Safra 2027/2028	8.711.922	9.522.745
Safra 2028/2029	8.711.922	9.522.745
Safra 2029/2030 em diante	43.559.610	38.090.980
	76.229.318	83.324.019

Em 30 de setembro de 2025, a capacidade normal de moagem de cana-de-açúcar para a safra, considerando todas as unidades da Companhia, é de 16.500 mil toneladas (informação não revisada).

Avais dados a fornecedores de cana-de-açúcar

A Companhia e o Grupo concedem avais em diversos financiamentos de seus fornecedores de cana-de-açúcar junto a instituições financeiras. O montante dos compromissos dessa natureza em 30 de setembro de 2025 soma R\$ 144.303 (31 de março de 2025 - R\$ 134.803), sendo que todos os avais dados têm como contrapartida para a Companhia a emissão de Cédulas de Produto Rural (cana-de-açúcar) equivalente dos produtores, penhor da cana e, em alguns casos, a própria terra do fornecedor, que garante qualquer não cumprimento das obrigações dos produtores avalizados.

30. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e o Grupo estão expostos a riscos de mercado, que incluem risco de taxa de câmbio, preço de *commodities* e volatilidade das taxas de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A diretoria da Companhia entende que a gestão de risco é essencial para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição com base nos volumes de vendas contratados; (ii) estimativas do valor de cada risco com base nos limites de exposição cambial e ao preço de venda do açúcar estabelecidos; e (iii) projetar fluxos de caixa futuros e estabelecer limites de aprovação para contratação de instrumentos financeiros para precificação de produtos e proteção contra variação cambial e volatilidade de preços.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de especificar e proteger as operações de exportação de açúcar da Companhia, bem como para proteger passivos financeiros contra riscos de oscilação do preço do açúcar no mercado internacional e variação cambial. Não existem operações com instrumentos financeiros para fins especulativos.

Riscos de mercado

a) *Risco cambial*

A diretoria estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial para reduzir o potencial impacto causado por este descasamento de moedas no seu fluxo de caixa.

Para administrar seu risco cambial, são utilizados contratos a termo de moedas, *swaps* e NDFs. A política de gestão de risco financeiro da Companhia e do Grupo é a de proteger o maior volume possível dos fluxos de caixa previstos, principalmente relacionados às vendas de exportações e dívidas no horizonte de até 24 meses ou em duas safras.

Ativos e passivos expostos à variação cambial

O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial nas informações financeiras atuais:

	Nota	30 de setembro de 2025		31 de março de 2025	
		R\$	US\$	R\$	US\$
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	3	172.554	32.445	250.431	43.615
Contas a receber de clientes	5	27.883	5.243	27.807	4.843
		200.437	37.688	278.238	48.457
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	17	(1.796.444)	(337.785)	(2.077.273)	(361.774)
Empréstimos e financiamentos - objeto de <i>proteção de hedge</i>		(1.796.444)	(337.785)	(2.077.273)	(361.774)
		1.370.217	257.642	1.291.928	225.000
Exposição líquida (i)		(225.790)	(42.455)	(507.108)	(88.317)

(i) A exposição líquida deduz empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira designados para *hedge*, uma vez que estes são protegidos com instrumentos financeiro derivativos.

Espera-se que a totalidade da exposição líquida de USD 42.455 seja coberta pelas receitas com exportações futuras (Nota 29).

Os referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2025 à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 5,3183

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



por US\$1,00 para os ativos e passivos (31 de março de 2025 - R\$ 5,7419 por US\$1,00), representando uma desvalorização do dólar de 7,38% em relação ao período anterior.

b) Risco de volatilidade no preço de commodities

A Companhia e o Grupo estão expostos ao risco de mudanças no preço de *commodities* em razão dos produtos fabricados como açúcar e etanol. Em 30 de setembro de 2025, 896.027 toneladas de açúcar (30 de setembro de 2024 – 1.103.397 toneladas de açúcar) estavam precificadas junto a parceiros comerciais com entrega prevista a partir de outubro de 2025 com fixação em um preço médio de 19,74 ¢/lb (30 de setembro de 2024 - 21,65 ¢/lb) (centavos de dólar norte-americano por libra peso) com prêmio de POL incluso.

Nos períodos encerrados em 30 de setembro de 2025 e 2024, não houve fixações de preços para as vendas de etanol.

Em função das tarifas recentemente impostas pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros, a Companhia realizou uma avaliação detalhada dos possíveis impactos em suas operações. A diretoria concluiu que o volume exportado para o mercado norte-americano é extremamente limitado, restrito à cota mínima de VHP destinada à região Nordeste. Dessa forma, as tarifas não devem gerar efeitos relevantes sobre a operação ou a geração de receitas da Companhia.

c) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia e o Grupo seguem a prática de obter empréstimos e financiamentos prioritariamente indexados a taxas pós-fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas. Com relação aos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, a Companhia e o Grupo adotam como prática proteger parcialmente as dívidas dessa natureza através de instrumentos financeiros derivativos.

d) Análise de sensibilidade dos riscos de mercado

São apresentadas informações qualitativas e quantitativas para instrumentos financeiros dentro e fora do balanço patrimonial.

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças nos fatores de risco relevantes aos quais a Companhia está exposta.

Sensibilidade da taxa de juros

Instrumento/operação	Risco	Cenário provável		Aumento		Redução	
		Taxa	Valor	25%	50%	-25%	-50%
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI / SELIC	15,00%	(343.048)	(428.810)	(514.572)	(257.286)	(171.524)
Empréstimos e financiamentos	Alta do IPCA	5,23%	(9.776)	(12.221)	(14.665)	(7.332)	(4.888)
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	14,90%	29.143	36.428	43.714	21.857	14.571
Resultado projetado			(323.682)	(404.603)	(485.523)	(242.762)	(161.841)

A análise de sensibilidade das variações em curvas de juros foi efetuada considerando os efeitos de um aumento ou uma diminuição de 25bps e 50bps (basis points) na curva de precificação do derivativo. A exposição a taxas refere-se exclusivamente a variações na curva do DI e IPCA. Para os demais fatores de risco, o impacto no resultado é da variação percentual de 25% e 50% na respectiva curva de mercado do risco associado, descrito na tabela acima (câmbio e preço de *commodities*).

O cenário provável considera a posição de 30 de setembro de 2025, os efeitos do estresse dos

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



cenários em 25% e 50% são os seguintes:

Efeito de variações cambiais

Instrumento/operação	Risco	Cenário provável		Aumento		Redução	
		Câmbio	Valor	25%	50%	-25%	-50%
Empréstimos e financiamentos - sem designações de hedge	Alta do dólar	5.3183	(225.790)	(282.237)	(338.684)	(169.342)	(112.895)
Caixa e equivalentes de caixa	Baixa do dólar	5.3183	172.554	215.693	258.831	129.416	86.277
Contas a receber de clientes	Baixa do dólar	5.3183	27.883	34.854	41.825	20.912	13.942
Resultado projetado			(25.353)	(31.691)	(38.029)	(19.014)	(12.676)

Sensibilidade sobre a variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Instrumento/operação	Risco	Cenário provável	Aumento		Redução	
			25%	50%	-25%	-50%
Risco de preço:						
Contratos de futuros	Alta do preço do açúcar	3.204.033	4.005.041	4.806.050	2.403.025	1.602.017
Compromissos de compra e venda (*)						
Risco de taxa de câmbio:						
Contratos de futuros	Alta do dólar	(132.924)	(166.155)	(199.386)	(99.693)	(66.462)
Compromissos de compra e venda						
Resultado projetado		3.071.109	3.838.886	4.606.664	2.303.332	1.535.555

(*) O quadro divulga o valor equivalente ao saldo a fixar de contratos existentes com base na bolsa de açúcar de NY e dólar em 30 de setembro de 2025, com variações somente sobre o saldo contratado e não fixado.

e) Instrumentos financeiros

A partir de 1º de abril de 2022, a Companhia optou pela aplicação da contabilidade de hedge (*hedge accounting*) para parte de seus instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros eleitos para designação como instrumentos de proteção são os (i) derivativos de açúcar, etanol e moeda estrangeira [dólar americano].

Para a utilização do *hedge accounting*, foram adotados testes prospectivos de eficácia que demonstraram que os instrumentos designados para *hedge* proporcionam uma compensação altamente eficaz aos efeitos de variações cambiais sobre o valor das vendas futuras.

Nos *hedges* de câmbio os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são contratados mediante contratação de “Termos de Moeda” (NDFs), estratégias de Opções, Swaps e Dívidas em moeda estrangeira contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha e dentro dos critérios de Gestão de Risco.

Nessas informações contábeis, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e seus devidos vencimentos, estão apresentados a seguir:

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Volume	Preço médio	Nocial R\$	30 de setembro de 2025
No ativo circulante				
Contratos a termo de moeda (NDF)				
Compromisso de venda	190.000	5.9636	1.133.088	80.076
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante				<u>80.076</u>

	Volume	Preço médio	Nocial R\$	30 de setembro de 2025
No ativo não circulante				
Contratos a termo de moeda (NDF)				
Compromisso de venda	23.000	6.2146	142.936	7.061
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo não circulante				<u>7.061</u>

	Volume	Preço médio	Nocial R\$	30 de setembro de 2025
No passivo circulante				
Contratos a termo de moeda (NDF)				
Compromisso de compra - não hedge accounting	107.596	6.2190	669.137	69.884
Contratos de swap				
cross-currency swap	75.000	USD + 0% x CDI - 4,60%	434.925	36.633
cross-currency swap	100.000	SOFR 3,0% x CDI 5,0%	604.400	65.640
cross-currency swap	50.000	SOFR 4,8% x CDI 5,0%	302.200	34.147
cross-currency swap	75.000	SOFR 4,5% x CDI 2,0%	432.900	27.908
Contratos de swap				
Interest rate swap	106.964	IPCA + 10% x 150% CDI	106.963	5.213
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante				<u>239.425</u>

	Volume	Preço médio	Nocial R\$	30 de setembro de 2025
No passivo não circulante				
Contratos de swap				
cross-currency swap	75.000	USD + 0% x CDI - 4,60%	434.925	4.956
cross-currency swap	100.000	SOFR 3,0% x CDI 5,0%	604.400	39.212
cross-currency swap	50.000	SOFR 4,8% x CDI 5,0%	302.200	19.893
cross-currency swap	75.000	SOFR 4,5% x CDI 2,0%	372.450	24.667
Contratos de swap				
Interest rate swap	106.964	IPCA + 10% x 150% CDI	106.963	9.305
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo não circulante				<u>98.033</u>

	Volume	Preço médio	Nocial R\$	31 de março de 2025
No passivo circulante				
Contratos a termo de moeda (NDF)				
Compromisso de venda	282.100	5.7869	1.632.480	45.487
Compromisso de venda - não hedge accounting	15.434	5.3251	82.188	48.505
Compromisso de compra - não hedge accounting	165.311	5.9964	991.266	8.357
Contratos de swap				
cross-currency swap	75.000	USD + 0% x CDI - 4,60%	434.925	33.350
cross-currency swap	100.000	SOFR 3,0% x CDI 5,0%	604.400	56.019
cross-currency swap	50.000	SOFR 4,8% x CDI 5,0%	302.200	29.422
cross-currency swap	75.000	SOFR 4,5% x CDI 2,0%	432.900	27.901
cross-currency swap - não hedge accounting	30.000	USD 10,9% x CDI 5,0%	30.000	1.750
Contratos de swap				
Interest rate swap	106.964	IPCA + 10% x 150% CDI	106.963	3.533
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante				<u>254.324</u>

	Volume	Preço médio	Nocial R\$	31 de março de 2025
No passivo não circulante				
Contratos a termo de moeda (NDF)				
Compromisso de venda	40.000	6.3506	254.023	810
Contratos de swap				
cross-currency swap	75.000	USD + 0% x CDI - 4,60%	434.925	(15.030)
cross-currency swap	100.000	SOFR 3,0% x CDI 5,0%	604.400	(5.217)
cross-currency swap	50.000	SOFR 4,8% x CDI 5,0%	302.200	61
cross-currency swap	75.000	SOFR 4,5% x CDI 2,0%	372.450	31.880
Contratos de swap				
Interest rate swap	106.964	IPCA + 10% x 150% CDI	106.963	10.964
Interest rate swap - não hedge accounting	45.000	Pré 19,3% x CDI 4,95%	45.000	421
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo não circulante				<u>23.889</u>

Em 30 de setembro de 2025, a composição dos instrumentos financeiros designados para *hedge accounting* na data das informações financeiras atuais, é como segue:

	Ativo	Passivo	Outros resultados abrangentes
Instrumentos financeiros - hedge accounting			
Contratos a termo de moeda (NDF)		(87.138)	87.138
Derivativos de câmbio - cross-currency swap		253.056	(123.545)
Derivativos de juros - interest rate swap		14.497	(12.451)
		180.415	(48.858)
Tributos diferidos sobre os itens acima		(61.341)	16.612
		119.074	(32.246)

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Com a adoção da política de *hedge accounting*, o efeito negativo de R\$ 48.858 que impactaria o resultado do período, permanece registrado no patrimônio líquido, garantindo a competência da relação objeto de *hedge* e o reconhecimento no resultado.

Estimativa de realização

Nas demonstrações contábeis intermediárias atuais, os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

	Safra 25/26	Safra 26/27	Safra 27/28	Safra 28/29	Safra 29/30 em diante	Controladora e Consolidado
Instrumentos financeiros						
Contratos a termo de moeda (NDF)	47.908	39.230				87.138
Contratos de swap	(140.563)	(78.990)	(25.281)	18.792	90.046	(135.996)
	(92.655)	(39.760)	(25.281)	18.792	90.046	(48.858)
Tributos diferidos sobre os itens acima	31.503	13.618	8.596	(6.389)	(30.616)	16.612
	(61.152)	(26.242)	(16.685)	12.403		(32.246)

Risco de crédito

Parte substancial das vendas da Companhia e do Grupo é feita para um seletivo grupo de contrapartes altamente qualificadas, como *“trading companies”*, grandes distribuidoras de combustíveis, distribuidoras de energia elétrica e grandes redes de supermercados.

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, inclusive, quando aplicável, exigência de carta de crédito de bancos de primeira linha e captação de garantias reais sobre os créditos concedidos. A diretoria considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites determinados pela diretoria da Companhia e do Grupo. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a diretoria não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes em montante superior ao provisionado. A Companhia e o Grupo operam com derivativo de mercadorias no mercado de balcão com contrapartes selecionadas e em contratos de balcão registrados na B3, principalmente, com os principais bancos nacionais e internacionais considerados pelas classificadoras internacionais de riscos como grau de investimento.

As operações de derivativos da Companhia e do Grupo em balcão não requerem margem em garantia.

O risco de crédito sobre caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras é mitigado através da distribuição conservadora dos instrumentos utilizados, sempre lastreados pelo CDI (Notas 3 e 4). A distribuição segue critérios rígidos de alocação e exposição às contrapartes, que são os principais bancos nacionais e internacionais considerados, na sua maioria, como grau de investimento pelas classificadoras internacionais de rating.

Risco de liquidez

O departamento financeiro realiza revisões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e do Grupo para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Na data de aprovação dessas demonstrações contábeis intermediárias, a Companhia e o Grupo apresentaram capital circulante líquido negativo conforme nota 2.10 item (a). Situação prevista, no período, pelo curso natural de maturação da dívida de curto prazo, manutenção de alta das taxas de

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

juros e retenção de estoque no início de safra que pressionaram o endividamento da Companhia e do Grupo, aumentando a necessidade de caixa da Companhia.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia e do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Safra 25/26	Safra 26/27	Safra 27/28	Safra 28/29	Safra 29/30 em diante	Consolidado
30 de setembro de 2025						
Fornecedores	555.448	4.537	4.537	4.537		569.059
Empréstimos e financiamentos	719.444	961.322	706.775	510.688	430.531	3.328.760
Compromissos com contratos de energia	83.760	5.698				89.458
Instrumentos financeiros derivativos	92.655	39.760	25.281	(18.792)	(90.046)	48.858
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	392.499	375.675	350.684	318.120	2.112.323	3.549.301
	1.843.806	1.386.992	1.087.277	814.553	2.452.808	7.585.436
31 de março de 2025						
Fornecedores	364.294	4.537	4.537	4.537		377.905
Empréstimos e financiamentos	1.909.182	1.511.612	820.828	656.924	843.899	5.742.445
Compromissos com contratos de energia	37.674	108.704	182.744	164.269	135.892	118.681
Instrumentos financeiros derivativos	186.060	79.800	25.281	(18.792)	(79.914)	192.425
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	406.648	385.722	365.871	336.228	2.269.207	3.763.676
	2.971.843	1.987.369	1.222.215	978.897	3.033.192	10.193.516

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos acionistas e garantias às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, que corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos (incluindo saldos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraídos pelo montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

Os índices de alavancagem financeira são assim demonstrados:

	Nota	30 de setembro de 2025	31 de março de 2025	Consolidado
Empréstimos e financiamentos	17	4.560.799	4.559.395	
Arrendamento a pagar	15	637.666	667.868	
Parcerias agrícolas a pagar	15	1.084.155	1.060.942	
Compromissos com contratos de energia	20	364.053	92.732	
Menos: caixa e equivalentes de caixa	3	(665.078)	(1.109.454)	
Menos: aplicações financeiras	4	(195.588)	(183.234)	
Dívida líquida	(a)	5.786.007	5.088.249	
Total do patrimônio líquido	(b)	3.778.077	3.291.190	
Total do capital	(c) = (a) + (b)	9.564.084	8.379.439	
Índice de alavancagem financeira - %	(a) / (c)			60% 61%

Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e fornecedores são mensurados ao custo amortizado, que se aproxima de seu valor justo em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Quanto aos empréstimos e financiamentos, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados nas demonstrações contábeis intermediárias devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estarem sujeitos a taxas de juros variáveis.

A Companhia e o Grupo contratam instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a contratos cambiais a termo e swaps. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo e curvas das taxas de juros.

Hierarquia de valor justo

A Companhia e o Grupo utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia e o Grupo apresentam como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes os derivativos, classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo.

31. Cobertura de seguros

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuíam seguros contratados referentes a danos materiais (quebras de máquinas, danos elétricos, incêndios, raios, explosões de qualquer natureza e implosões) para todo o estoque de açúcar e etanol e para as edificações, equipamentos, instalações e máquinas agrícolas das usinas instaladas no Nordeste e no Sudeste, além de riscos relacionados com responsabilidade civil, com cobertura total de R\$ 853.273. Essa cobertura é considerada suficiente pela diretoria, segundo opinião de seus assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas (informação não revisada).

32. Eventos subsequentes

A Companhia concluiu os trâmites formais para a contratação de uma nova linha de financiamento no valor total de USD 100.000.000, com prazo de amortização de oito anos e período de carência de três anos. A operação prevê encargos financeiros à taxa SOFR 6M acrescida de 4,5% ao ano.

O cronograma estimado para recebimento dos recursos é de USD 75.000.000 em janeiro de 2026, e os USD 25.000.000 remanescentes em junho de 2026.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações
contábeis intermediárias em 30 de setembro
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A captação desses recursos foi estruturada com Instituições Financeiras de Desenvolvimento ("IFDs") internacionais, incluindo a Proparco (França), a Findev (Canadá) e a FMO (Holanda).

* * *

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 4E413481-6529-43B3-B061-E3DF97072E0B

Status: Concluído

Assunto: USINACORURIPESET25.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 77

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Joelye Oliveira

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com EnvelopeID (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

joelye.oliveira@pwc.com

Endereço IP: 134.238.171.226

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Joelye Oliveira

Local: DocuSign

30 de dezembro de 2025 | 20:12

joelye.oliveira@pwc.com

Status: Original

Portador: CEDOC Brasil

Local: DocuSign

30 de dezembro de 2025 | 20:21

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

@pwc.com

Eventos do signatário

Assinatura

Registro de hora e data

Luis Fernando de Souza Maranha

Enviado: 30 de dezembro de 2025 | 20:15

luis.maranha@pwc.com

Visualizado: 30 de dezembro de 2025 | 20:17

Partner

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil



Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada

Assinado: 30 de dezembro de 2025 | 20:20

Usando endereço IP: 44.218.187.50

Política de certificado:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syn>
gularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularID-multipla.pdf

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da DocuSign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Joelye Oliveira joelye.oliveira@pwc.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 30 de dezembro de 2025 20:21 Visualizado: 30 de dezembro de 2025 20:21 Assinado: 30 de dezembro de 2025 20:21
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign		
Eventos com testemunhas		
Eventos do tabelião		
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	30 de dezembro de 2025 20:15
Entrega certificada	Segurança verificada	30 de dezembro de 2025 20:17
Assinatura concluída	Segurança verificada	30 de dezembro de 2025 20:20
Concluído	Segurança verificada	30 de dezembro de 2025 20:20
Eventos de pagamento		